



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 24/05/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos. Com a presença dos Vereadores Soninha Francine, Otta, Isac Felix e Ricardo Nunes, declaro aberta a primeira audiência pública do ano de 2017, segunda audiência pública geral referente ao PL 239/17, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, LDO 2018.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios *On-Line*.

Anuncio a presença do Vereador Rodrigo Goulart.

Foram convidados para participar desta audiência os Srs. Caio Megale, Secretário Municipal da Fazenda; Lucilene Oshiro Correia, Subsecretária de Orçamento; Ahmed Sameer El Khatib, Subsecretário do Tesouro Municipal; Júlio Semeghini, Secretário de Governo; Roberto Braguim, Presidente do Tribunal de Contas do Município, neste ato representado pelos Srs. Marcos Chust e Glaucio Teixeira Tavares, como ouvintes; Bruno Covas, Secretário Municipal das Prefeituras Regionais – ausência justificada –; Milton Flávio, Secretário Especial de Relações Governamentais – ausência justificada –; Filipe Sabará, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, neste ato representado pela Sra. Janaína Reis, Secretária Adjunta.

Vou fazer a leitura de uma carta enviada pelo Sr. Roberto Braguim.

- É lido o seguinte: (Carta enviada pelo Sr. Roberto Braguim à Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo – justificativa de ausência na audiência que discute o PL 239/17, do Executivo, que dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2018).

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Na última audiência geral, como ficamos defasados com o tema de SMADS, consulto a Mesa por qual Secretária devemos começar.

**O SR. ISAC FELIX** – Sr. Presidente, sugiro que comecemos pela SMADS.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Então, imediatamente, passo a palavra à Sra. Janaína Reis, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, para fazer uma exposição sobre a Pasta.

Tem a palavra a Sra. Janaína Reis.

**A SRA. JANAÍNA REIS** – Bom dia a todos, bom dia a todas. Primeiramente quero agradecer o convite feito pela Câmara, à SMADS, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, para participar desta audiência pública de alinhamentos relativos à LDO e às metas da nossa gestão.

Para nós é uma honra e uma oportunidade estar cada vez mais próximos da população, desta Mesa respeitada, dos senhores Vereadores. Também de esclarecer as dúvidas para construirmos juntos qual a política pública que queremos e podemos para o nosso Município.

Gostaria de cumprimentar a Casa, na pessoa do Presidente da Comissão, o Vereador Jair Tatto. Obrigada. O Vereador Nomura, Líder do Governo.

Estou bastante feliz por estar nesta Mesa representada por duas mulheres. Uma delas, a Vereadora Soninha, é liderança feminina com quem eu tive a honra e oportunidade de trabalhar, aprender e me inspirar nos últimos tempos. Gostaria principalmente de ressaltar o processo de respeito que a SMADS tem e o trabalho desenvolvido nesta Comissão pelos senhores.

Gostaria também de agradecer a todos os cidadãos presentes, precisamos muito de vocês nesse processo de construção, estamos totalmente abertos a dialogar e a pensar soluções conjuntas.

Conseguirmos conversar sobre como está o processo das nossas metas e o

alinhamento dessas metas em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi um dos pontos trazidos para nós.

Eu queria trazer para vocês outro ponto, muito rápido e pragmático, sobre o *status* e os próximos passos.

Nós estamos, neste momento, fazendo todo o desdobramento do Plano de Metas, fundamentando esse desdobramento em cinco metas prioritárias, que se desdobram em cinco projetos e, desses cinco projetos, quatro deles estão para nós com o que chamamos de entregas ou etapas previstas na LDO, para 2018, que apresentam impacto orçamentário.

Vou trazer para vocês, para que possamos também responder ao questionamento e à pendência que foram trazidos pela Mesa, quais são eles:

Primeiro é o Espaço Vida. Nós temos como primeira meta, linha de ação, reformar quatro centros de acolhida para adequação, melhoria, acessibilidade e ambiência, para 2018, na perspectiva da LDO, a gente olhar para dois. Então reformados os centros de acolhida, fazendo com que esses centros se tornem o que a gente tem chamado de Espaço Vida.

A segunda meta diz respeito à questão de longevidade. Dentro dessa perspectiva de longevidade é muito importante para a gente olhar questões intergeracionais, ou seja, como a gente olha para a melhor idade, para a primeira infância, para a juventude e adolescência.

Nessa segunda meta, olha-se para a questão do centro de convivência intergeracional, principalmente na questão da atuação com as prefeituras regionais, como que a gente se aproxima e cria soluções com sinergia.

Dentro dessa meta, a gente está olhando a implantação de CEIs, Centro de Convivências Intergeracionais, sempre fazendo parceria com as prefeituras regionais, para conseguir encontrar o que a gente chama de vazios socioassistenciais. Em quais lugares a gente precisa atuar? Está perto? Melhorar os serviços e estar próximo da população, para garantia de direitos fundamentais.

O terceiro ponto, terceira meta, é o Programa Trabalho Novo. Eu acho que a gente

está conversando bastante sobre essa questão, acho que os senhores têm ouvido falar bastante sobre esse ponto, que é olhar para o impacto, na perspectiva social, para a população em situação de rua.

Há, como meta, capacitar 20 mil cidadãos, em situação de rua, até 31 de dezembro de 2017 e a gente está numa curva bastante positiva, aprendendo muito com isso, que acho é o principal ponto. Há, até o momento, 500 pessoas empregadas e cerca de 700 pessoas formadas, que é o banco de talentos para a gente pensar em inovação. Essa é a meta que está prevista na LDO, para 2018, a capacitação desses 20 mil cidadãos.

A quarta meta é olhar para a Cidade Amiga do Idoso. O que isso significa? Olhar mesmo para a melhor idade e, nessa perspectiva, implantar 19 Instituições de Longa Permanência, que a gente chama de ILPs. É importante, a gente tem todo esse alinhamento com a longevidade da nossa população, principalmente no nosso Município, esse é um ponto de atenção para a gente. Dentro da perspectiva da LDO, a gente tem, para 2018, implantar quatro novas instituições.

A quinta meta, que é um ponto bastante importante, a gente está olhando, mesmo, quais são as melhores soluções, porque isso é um ponto relevante para a gente, que é o CADMais, cadastro para beneficiamento de transferência de renda. O CADMais não impacta na LDO, não tem custos, e a gente está pensando como que a gente cria as melhores soluções para conectar os programas de transferência, para que, de fato, essa renda chegue ao cidadão que mais necessita.

De maneira resumida, são esses os pontos.

Eu fico aberta a dúvidas e considerações dos senhores Vereadores, da Mesa e dos presentes.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Obrigado, Janaína.

Quero anunciar a presença do Vereador Reginaldo Tripoli, que se encontra na

plateia. Qual o motivo?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - É uma honra V.Exa. nos acompanhar.

Vou imediatamente abrir as inscrições. Enquanto as inscrições são recolhidas, abro a palavra ao nobre relator, Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Presidente, o senhor vai abrir inscrições só para a área da Assistência Social? Assim a gente entra no tema da...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Da audiência geral, farei imediatamente.

**O SR. RICARDO NUNES** – com o Secretário.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Isso. E aí, enquanto recolhem as inscrições...

**O SR. RICARDO NUNES** – Quanto à Assistência, eu não tenho observação.

Só do que a Janaína falou, pelo anexo 1, o que eu só não achei aqui é a questão dos ILPs, mas depois eu vejo aqui. Eu vi dos quatro novos centros dias, só que do ILP eu não achei, Janaína, no anexo 1, da LDO. Você falou ILP?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RICARDO NUNES** – Mas aí a gente corrige depois. Tranquilo.

Presidente, acho que só passar aqui para depois ir para o Secretário Caio.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Já temos alguns inscritos? Se quiser anunciar, eu anuncio o primeiro. Use aquele microfone, enquanto vocês...

Pirata, *rapper* Pirata, comece. Três minutos. Estou de olho.

**O SR. RICARDO NUNES** – Presidente, então essa fase aqui da audiência pública é só para Assistência Social, depois o senhor abre para audiência geral?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Isso.

**O SR. PIRATA** – Então, o problema são os três minutos. A Globo fica seis horas falando mal do PT e aí dá 20 minutos para pedir desculpas, falando que a grana não era dos caras.

- Manifestações simultâneas.

**O SR. PIRATA** – Não, não precisa não. Não precisa de formalidade. Vamos para as paradas mais importantes aqui.

Para SMADS: o Secretário não tem compromisso nenhum, ele é de tristeza. O compromisso dele qual que é? Se a gente começar ir num restaurante e pagar 10 mil reais para ele conseguir, na ONG dele, lá em Botucatu, para trabalhar com as pessoas em situação de rua, está da hora.

Agora, como fica o negócio do *crack*? Vocês tem uma culpa aí. Não tem boi. Eu estava na audiência pública de vocês com o pessoal em situação de rua, vocês não têm política pública. O grande projeto de vocês, não são cinco projetos pífios.

O que vocês estão fazendo com a Secretaria de Serviço Social? O que vocês estão fazendo com os profissionais que trabalham lá? O que é política pública e serviço social para vocês? Porque cadastro, para mim, uma empresa vai fazer cadastro de ONG, pessoa em situação de rua, ela vai se cadastrar onde? O garoto em conflito com a lei, vai se cadastrar onde? A pessoa que sai da sua moradia, vai se cadastrar onde? O que nós estamos falando de política pública, de serviço social?

O que precisa ser o grande projeto é a implantação do SUAS, porque se não implantar o SUAS - aí eu falo para o pessoal do Orçamento - não precisa dar grana para o serviço social. Porque ele vai fazer no restaurante lá, vai pedir 10 mil reais para as pessoas bancarem, isso não é política pública.

Projetamos um conflito de interesses, porque o Secretário da Assistência Social é de uma ONG, ele demonstra que não entende nada da política do Serviço Social. Está brincando nessa Pasta. Quem foi na audiência pública da situação de rua percebe que é uma pessoa que não entende nada. Ele falou que fica triste. Eu também fico triste em saber que ele está lá. Só para eu não ficar viajando, trabalho novo. Até a matemática está errada. Se em três meses vocês colocaram 500 pessoas, colocar pessoas em situação de capacitação,

capacitação não garante trabalho. “Vou te capacitar”, estou cansado de ser capacitado pelo SENAC, por um monte de gente.

Aí, 500 pessoas, em três meses; em um ano vai dar 1.500, a média; quatro anos seis mil; 20 mil onde? Porque vocês estão brincando.

E aí nós estamos falando de 170 milhões, pelo menos, no Serviço Social. O que nós vamos fazer com o dinheiro público? Que brincadeira é essa?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Obrigado, *rapper* Pirata.

Eu estou sem as inscrições. Próximo, André Luzi, Comoção da Cidadania, é isso?

**O SR. ANDRÉ LUZI** – Sou André Luzi, da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida e também do Comusan – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que existe desde 2004.

Inicialmente, sendo um lutador social, não tenho como me furtar de trazer a questão da região da Luz e da Cracolândia, o que já colocaria uma questão honesta, a retirada imediata desse Secretário de Assistência Social, que já está colocando vidas em risco. É lamentável o que aconteceu, nós temos que nos juntar.

O Prefeito, em um vídeo, demitiu a nobre Vereadora Soninha, dizendo que ela não tinha atingido as metas previstas. Mas se as metas previstas pelo Prefeito for um Secretário como esse, então nós estamos com valores bem invertidos.

Aquela questão falando de Orçamento e Assistência Social, inicialmente é necessário colocar a agenda da Assistência Social como um direito, não apenas como ação que a gente desenvolve em chá beneficente. Não estamos falando mais em benemerência, acabou o tempo da LBA. O Felipe Sabará não deve ser mais uma Roseane Collor, que fica passando o chapéu e o pires nas mãos para arrecadar dinheiro e fazer filantropia no Estado. Temos que ter política pública, temos uma Lei Orgânica de Assistência Social e um Sistema Único de Assistência Social e é fundamental articular com as demais políticas.

Essas metas apresentadas são muito muito pequenas para a realidade e o contexto



da Cidade que quer se projetar como uma cidade inclusiva, justa e responsável.

Nós trazemos, como contribuição do Conselho, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, já em vigor desde 2016 - a Janaína balança a cabeça, mas não nos recebe para conversar sobre ele, é muito temeroso isso. Quero dizer que nós temos algumas metas especificadas aqui, que deveriam dialogar com o Plano Plurianual para que a gente consiga criar o que a gente chama em políticas públicas entre recursos e gestão, para não ficar um lugar discutindo o dinheiro e outro lugar discutindo as questões técnicas, porque se não fica só um debate dinheirista, e se esquecem os sujeitos, os cidadãos.

Então, temos aqui algumas contribuições.

Vou concluir dizendo que é fundamental que SMADS, nas suas compras institucionais ou as entidades que a ela servem, compre de pequenos agricultores familiares da região do entorno e da cidade de São Paulo; nas políticas de qualificação profissional seja garantida a assistência para programas na área da alimentação e da agricultura que potencializem a inclusão social e uma boa alimentação na cidade; e, por fim, em relação à geração de renda, que a gente não coloque as pessoas como classes subalternas apenas, mas que a gente consiga construir nas pessoas uma visão de classe trabalhadora. Esse trabalho novo de que a gente fala, precisa ser com empresas que defendam o trabalho decente e não empresas como MacDonalds, que é uma das mais denunciadas por exploração ao trabalho, como a gente já viu em dados da OIT, Organização Internacional do Trabalho.

Entrego à Mesa o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para orientar a construção das diretrizes orçamentárias. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** - Bom dia. Eu sou Brasil Laerte, da Unesco e da São Paulo Trabalho e Empreendedorismo, que é um órgão oficial da Unesco.

Primeiramente, quero parabenizar o Presidente da Comissão e os demais Vereadores,

todas as autoridades da Mesa, assim como que todos os presentes que estão aqui para debater e apresentar idéias para as políticas públicas da cidade de São Paulo.

Eu sempre venho defendendo a assistência social na cidade de São Paulo com a integralidade da intersecretariedade, ou seja, uma integração com todas as secretarias, o que não está havendo aqui na cidade de São Paulo.

Um fala uma língua, outro fala outra, e ninguém acaba se entendendo.

Sobre os moradores de rua, que são mais de 25 mil, só aqui na região central aqui da cidade de São Paulo, devido ao impacto, hoje, eu sou mais de 2 milhões de desempregados na cidade de São Paulo devido à corrupção implantada no Governo do Estado.

A falta desse dinheiro impacta criminosamente, negatividade, que expulsou 42% das empresas de São Paulo e seus empregos, deixando a cidade na bancarrota.

Mas a minha proposta, a representante da Secretaria disse que vai capacitar 20 mil moradores até 2017. Isso é impossível! Isso não acontecerá. Se capacitarem mil será muito. Acho que essa meta não será alcançada até 2017.

Mas fizemos um estudo, uma pesquisa, e tem um sistema de corrupção com relação aos moradores de rua. Cada morador de rua custa 2 mil reais. É um super faturamento que chega amais de 70%.

A minha proposta é porque nós temos mais de 300 mil imóveis abandonados na cidade de São Paulo. São mais de 400 prédios, cujos proprietários não pagam IPTU há mais de 20 anos, só que nas gestões Kassab, Maluf e Serra, 60% desses imóveis eram alugados, sem colocarem políticas públicas, equipamentos públicos e, depois, 50% eram rateados, iam para os bolsos desses elementos que citei.

Até nos imóveis foi implantado o maior sistema de máfia e de corrupção na cidade de São Paulo.

Por que não pegam esses imóveis e tiram os moradores das ruas? Para capacitá-los e dar estudo, assim como um salário mínimo, porque, sem dinheiro, não vai adiantar, ficar só no

blá-blá-blá. Ninguém faz nada sem dinheiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Conclua.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Ai, sim. Se desenvolve a captação e resgata para a vida comunitária, viabilizando o processo de empregabilidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado pela palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Quero anunciar a presença da Vereadora Janaina Lima.

Convido os Srs. Vereadores a estarem na Mesa. É um desprezo total. Vereador Reginaldo Trípoli. (Pausa) Não Cabe? (Pausa) Pelo menos, o Líder do Governo que se faz presente está aqui nos honrando, o Vereador Aurélio Nomura.

Muito bem.

O próximo é o Sr. Fábio Siqueira, do Movimento Resistência Pró Orçamento Participativo; depois, o Sr. Leandro Oliveira, Presidente do Sindsep.

Considero encerradas as inscrições para esse tema. Depois, vamos entrar na LDO.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Bom dia, Vereador Presidente da Comissão de Finanças, Jair Tatto; Vereador Ricardo Nunes; Vereadora Janaina Lima; Vereador Reginaldo Trípoli; Vereador Aurélio Nomura; Vereador Isac Felix; Vereador rodrigo Goulart; Vereadora Soninha Francine; Secretário Camegalli, Secretária Adjunta Janaina, especialmente, a população presente.

É com muita tristeza que a gente vem falar da Assistência Social, mais uma vez, por decênios, uma área importante que parece que não é levada a sério pelas autoridades, autoridades do Executivo.

Qual a explicação para o Secretário Felipe Sabará, de novo, estar ausente?

A Mesa tem alguma explicação para isso?

- Fala fora do microfone.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Tudo bem, Vereador Nomura. Mas, se existe, o *Diário Oficial*, ele é chamado na quarta-feira, remarca. Realmente, é uma situação, como falaram os oradores populares, de descaso com um tema tão importante para a cidade de São Paulo, haja vista, vamos lembrar porque a história nos ensina, a desastrosa gestão Luciana Temer até o ano passado, junto com o calamitoso Fernando Haddad.

Para terem uma ideia, foi deixado um orçamento, na questão educação permanente e trabalhadores do SUAS, em 2016, 11,5 milhões aprovados por esta Casa, com execução de 1,3 milhão. É, simplesmente, ridículo, o que Luciana Temer fez com a Assistência Social na cidade de São Paulo.

Como, também, a verba fundamental para a operação e manutenção de espaços de convivência e fortalecimento, que foi reduzida no orçamento deixado pela incúria Gestão Fernando Haddad, de 400 milhões caiu para pouco mais de 300 milhões de reais.

Também houve o vexame da não publicação do PLAS, Plano da Assistência Social, no *Diário Oficial*.

Como se pode não publicar o PLAS recente, se as outras Gestões publicaram? (Pausa)

Quer dizer, falhas básicas. Uma situação, realmente, ridícula!

Falando da confusa Gestão João Doria, temos aqui o orçamento para 2017. Peguemos, por exemplo, a questão da construção, reforma e adaptação de equipamentos de Assistência Social: execução até 30 de Abril de 2,5% de três milhões, ou seja, executaram 76 mil reais.

Como podem dizer que uma Secretaria está dando importância para reformar equipamentos, abrigos, albergues para idosos, se ela executa, em quatro meses, menos de 100 mil reais? Há uma explicação para isso?

Para esse descaso pela Gestão Doria com a Assistência Social e do ausente Sabará?

No que tange ao cadastro único, 17,2%, sendo que uma média razoável seria de um terço, ou seja, 33.3%. Está muito abaixo do mínimo necessário.

A questão da formação dos profissionais, acontece na educação, na saúde, pouquíssima verba para formar os profissionais para o futuro, para um bom atendimento ao Município, principalmente, aos mais vulneráveis, os que vêm procurar a Assistência Social. São 255 mil reais, de um montante de 3 milhões e 800 mil.

Por fim, para encerrar, eu queria mostrar minha indignação pelo sumiço de 300 mil reais do LPI. O idoso tem que ser respeitado nessa cidade. A Gestão Fernando Haddad desrespeitou o idoso. Estamos acompanhando a Gestão Doria para que não faça o mesmo, mas parece que começou, porque, o mês passado, houve um Decreto da Secretaria tirando 300 mil reais da dotação 6154 do LPI. Isso é um desrespeito! O orçado de 55,6 caiu para 55,3. Parece pouco mas não é, porque o idoso tem que ser prioridade na Gestão. Isso até contradiz o que a Secretária de Janaina falou, porque não tira de outra área mais robusta e menos prioritária? Vão tirar do idoso?

Isso será denunciado no Conselho Municipal do Idoso e em outros Conselhos, como o COMAS.

Eu queria muito solicitar a presença do COMAS nessas discussões.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.**

Eu tenho a justificativa do Secretário Milton Flávio, secretário especial de relações governamentais, que manda uma carta justificando a sua ausência.

Tem a palavra o Sr. Leandro de Oliveira, Presidente do Sindisep.

**O SR. LEANDRO DE OLIVEIRA** - Bom dia, eu quero cumprimentar a Mesa; a Presidência da Comissão de Finanças; também, o Secretário Caio; Secretária Janaína, que está tratando do tema da Assistência Social e demais Vereadores.

Em primeiro lugar, eu quero, também, deixar a nossa indignação sobre a forma como a ex-Secretária Soninha foi demitida, de uma forma bastante deslegante, desqualificando, inclusive, uma figura pública importante que vinha realizando um trabalho, claro, inicial, mas, de

qualquer forma, na nossa visão, não foi de bom tom fazer daquela forma.

Em segundo lugar, nós queremos deixar registrado aqui a questão da forma como truculentamente vem sendo conduzida a política da chamada Cracolândia, mais como uma Operação Policial de atraso, quer dizer, volta-se a tratar questões sociais como se fossem questões de Policia. É claro que na minha manifestação vai relação à questão do Governo Estado e, também, do Governo Municipal, que, aliados, traz essa forma truculenta de lidar com a questão social.

Em terceiro lugar, nós tínhamos uma mesa de negociação na Secretaria de Assistência Social. Essa mesa vinha evoluindo com os trabalhadores, inclusive, conduzida pela Secretaria anterior, Soninha Francine, um espaço permanente de negociação, um processo de evolução, evidentemente, mas onde as questões eram tratadas dos trabalhadores da Assistência Social.

Há problemas gravíssimos, questão de concurso, falta de agente de políticas públicas, do pessoal da área técnica, principalmente, analista de desenvolvimento social, questões que estão acumuladas há muito tempo, e nós tínhamos a esperança de que essa política pudesse ser discutida de uma forma organizada, numa mesa de negociação como preconiza a lei 13.303, que é o sistema permanente de negociação.

Infelizmente esse processo está neste momento prejudicado, pela forma como foi conduzido, inclusive, essa saída e aqui já foi dito sobre o Secretário, não o conheço pessoalmente, mas espero que a Assistência Social retorne esse processo que é importantíssimo. Não só da negociação com os trabalhadores, com aqueles que fazem a política de assistência na ponta. É superimportante que esse trabalho possa ocorrer de forma negociada como preconizam, inclusive, as políticas públicas, a seguridade social, espaços de diálogo social com a Previdência, com a Assistência Social e com a Saúde.

Tomara que a condução da Secretaria atual tenha a sensibilidade para poder dar continuidade a esse processo democrático que até então defendemos na cidade de São Paulo.

É isso que tenho a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Obrigado Leandro. Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Agradecer a presença da Janaína. Aqui no Anexo 1, Janaína, vemos que há um foco do Governo com relação ao atendimento do idoso. Se pudéssemos tentar melhorar algumas questões, por exemplo, quando se fala em realizar ações de saúde bucal para idosos, em 2018, fica muito vago e como Vereador é difícil depois poder fiscalizar a ação. Quando chegar o orçamento, se tiver um dentista está atendida a meta, se pudéssemos tentar desenhar qual o tamanho disso seria importante.

Outra questão, se pudermos depois trabalhar para o relatório final – podemos discutir isso depois - uma das ações que a Assistência Social faz, que não está aqui, acho que está focado muito em morador em situação de rua e o idoso. Está muito claro que o objetivo do Governo é priorizar morador em situação de rua e o idoso, mas é a questão dos CCAs. Um serviço de suma importância, porque em muitas situações complementa o turno, o aluno está na escola de manhã e vai para o CCA à tarde ou vice-versa. E não temos nenhuma ação de CCA. Precisariamos sinalizar alguma coisa para esse setor, nem que seja ampliar em 5% a quantidade de CCAs atual. Ou seja, temos de ter alguma coisa com relação aos CCAs dentro da LDO.

Então a minha observação com relação ao tema da Assistência é essa, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereadora Soninha.

**A SRA SONINHA FRANCINE** - Bom dia. A Assistência Social com os recursos que tem hoje já tem um problema de custeio para manter as atividades em andamento.

Já contei aqui várias vezes, Secretário, a nossa súplica para antecipar uma cota financeira de dezembro para honrar compromissos de fevereiro e março. A SMADS este ano chegou a atrasar pagamento de repasse, o que é uma coisa desesperadora. Não pensem que é só para as entidades, para a gente que não está conseguindo fazer o pagamento também foi.

E um dos compromissos assumidos com a Secretaria da Fazenda era com a

redução de gastos, de despesas, porque efetivamente a SMADS gasta muito mal. Ontem tivemos uma audiência pública aqui específica sobre locação de imóveis. E a SMADS tem centenas de imóveis alugados e o controle social é muito pequeno e o controle interno também. Começa daí, a gente mesmo não consegue analisar como se deve o aluguel de centenas de imóveis.

Então a seleção do imóvel em si já não é muito justificada. Houve um caso, Secretário, não foi deste ano, mas chegou até este ano, em que foi feito um chamamento para seleção de uma entidade para instalar um determinado serviço. Se não me engano uma ILPI, mas já não tenho certeza, quando foi publicado o edital de chamamento já dizia qual seria o imóvel onde o serviço seria executado. E um imóvel particular que teria, portanto, de ser alugado. E aí do Google Street View, voltando na data de 2014, o imóvel ainda estava em construção. E a entidade selecionada tem o direito de solicitar uma verba de implantação no valor equivalente até o repasse mensal. Uma ILPI para 30 idosos tem um repasse mensal de 90 mil reais.

Então sei lá qual arbitrariedade, pode se solicitar uma verba de implantação no valor equivalente até o repasse mensal. E muitas vezes se pode constatar que o valor do repasse que serviria para a implantação daquilo que é específico do serviço, de uma ILPI, com mobiliário muito específico, tem adaptações muito importantes, esse recurso público é usado para finalizar um imóvel privado. E o controle disso é muito frágil. É aprovada a concessão da verba de implantação e o controle praticamente não há. Justificativa não há.

E aí nos deparamos com um problema que é um dilema permanente em Administração Pública: centralizar ou descentralizar, porque o controle dos processos de locação, a prestação de contas da verba de implantação não vem para o gabinete da Secretaria. Esse controle fica na SAS, nas Supervisões de Assistência Social nas Prefeituras Regionais. E a divisão de trabalho entre as SAS também é muito desigual. Algumas SAS são responsáveis pela supervisão de um número muito grande de serviços e outras um número



não tão grande de serviços, tendo uma mesma estrutura de contabilidade.

Então eu daria vários outros exemplos concretos, mas não precisa chegar a esse detalhamento. Só dizer que me preocupa muito em SMADS o dinheiro gasto com a simples manutenção das suas atividades com critérios discutíveis, controle frágil e avaliação mais ainda. Inclusive, o gasto qualidade da SMADS é muito difícil de avaliar. Os instrumentais não ajudam.

Agora, no que diz respeito a LDO deste ano, já temos o dinheiro da Secretaria e uma boa parte do gasto é proveniente do Fundo Municipal de Assistência Social, por isso na hora de avaliar a execução não adianta olhar só a rubrica referente à Secretaria. Então temos esse desafio de reduzir o gasto da Assistência e aumentar a sua qualidade e que, portanto, vai além dos números, mas parte dos números inevitavelmente.

E há previsão aqui de novos gastos para reforma e ampliação dos serviços oferecidos que são coisas fundamentais. Os equipamentos, alguns deles são realmente muito ruins e precisam passar por reformas, mas é um gasto adicional e com consequências, me preocupa não ter o cálculo do custeio desses novos serviços e equipamentos.

E me preocupa muito também a expectativa de que seja sem custo. De que só por meio de doações de empresas, de entidades privadas, que se consiga fazer isso a custo zero, uma coisa que não existe. Recentemente foi inaugurado um equipamento da Assistência Social, na Avenida Alcântara Machado, o chamado CTA. Ainda que ele tenha se beneficiado de uma série de doações ótimas, não sou contra doações, são super bem vindas. Mas não custo zero na medida em que mobiliza recursos humanos da Secretaria. Quer dizer, você tem funcionários da secretaria intensamente dedicados à implantação de um novo serviço.

E essa hora atividade tem um custo. Enquanto a pessoa está se debruçando sobre aquele novo serviço, novo equipamento, outros serviços sobrecarregam outras pessoas da própria Secretaria. E tem o custo novo, de um novo aluguel, de um novo contrato, termo de colaboração.

Então tenho muita preocupação em relação especificamente ao que a Janaína disse aqui do CADS Mais, prevendo que não tenha custo. A Secretaria definitivamente precisa melhorar a gestão dos seus sistemas de dados e de informações. São muitos sistemas, todos muito desconectados, a alimentação deles é manual. Preenche a mão uma tabela e depois copia no computador, uma coisa horrorosa. SISA, SIS Rua, SIS Org, são muitos sistemas, CAD Único, e eles não se conversam.

Agora, essa integração também não se faz a custo zero. O desenvolvimento de um novo sistema de gestão de dados, isso tem um custo que vai muito além do CAD Mais. O CAD Único é um programa federal. É uma base de dados federal, aliás, a gente tem menos gestão sobre ele do que deveria, inclusive, para poder realmente fazer um diagnóstico na vigilância socioassistencial como deveria.

Então isso não costuma ser previsto em peças orçamentárias, nem é o caso na LDO necessariamente, mas a gente tem que pensar nisso, no custo de melhorar os nossos sistemas, a gestão dos dados. Não se faz Assistência Social sem boas informações, sem um bom mapeamento.

E foi gasto um dinheiro muito grande nos últimos anos em um contrato com a UNESCO. E um dos produtos previstos nesse contrato, nesse termo com a UNESCO, era justamente a proposta de um sistema de gestão de todas as informações da Secretaria. E é um contrato vultoso de milhões de reais. Esse serviço não foi entregue e as pessoas ficam com a impressão – e ela precisa ser desfeita - de que é dinheiro da UNESCO. Ah, mas tem dinheiro da UNESCO para fazer a pesquisa. Não. Esse dinheiro é da Secretaria de Assistência Social que contratou a UNESCO, para que a UNESCO possa contratar outras instituições, consultores para desenvolver projetos. Então também tem um gasto indireto que precisa ser mais bem controlado dentro da Secretaria e mais ainda o controle social.

E nesse ponto, para encerrar, a participação do Conselho Municipal de Assistência Social no controle de gastos é frágil demais da conta. Como se debruça bastante sobre a

tipificação dos serviços, mas o controle de como é usado o dinheiro da Assistência Social e a qualidade decorrente desse gasto é mínima, pífia.

Muito obrigada.

**O SR. RICARDO NUNES** – Presidente, comentei na minha fala que não estava o ILP, mas olhando melhor está aqui sim: implantar quatro novas instituições de longa permanência, nível dois e três. Só para corrigir.

Obrigado, Presidente.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – Pontos extremamente relevantes e é um exercício muito importante para que de fato consigamos abrir e ampliar o diálogo e pensar em soluções de maneira conjunta.

Vou passar rapidamente pelos quatro principais pontos comuns a todas as falas. O primeiro ponto é em relação à questão do trabalho novo e a formação de vagas. Temos nos debruçado de maneira muito cuidadosa sobre esses números. Indicadores e as entregas para impacto social são pontos de partida e premissa para a nossa atuação. E estamos olhando para uma estratégia focada em duas frentes.

Uma é a frente (Ininteligível), então como fazemos parcerias com as empresas para olhar essa questão. Essa é uma realidade hoje no processo de grandes empresas, acho que muitas pessoas aqui acompanham. E a outra frente que vai gerar também um número grande de vagas e estamos trabalhando de maneira muito dedicada a isso é a Frente de Empreendedorismo. Então como criarmos novas estruturas, movimentar novas economias e pensar novas soluções. Isso se conecta bastante com a perspectiva que foi trazida pelo André em relação à segurança alimentar. Esse é um ponto bastante cuidadoso, comum e caro a mim também. É um ponto que tenho dedicação bastante próxima.

Um dos pontos que estamos olhando para inovação e impacto social é o Programa Cidadão Sustentável que pensa a formação de hortas orgânicas, você movimentar um novo sistema de agroecologia e alimentação orgânica na cidade. Esse é um dos pontos de

prioridade dentro do trabalho novo.

Um ponto que queria trazer bastante importante - e obrigada, Vereador Nunes, pelos pontos trazidos em relação ao Plano de Metas, principalmente em relação aos CCAs e LPIs, vamos levá-los em consideração. Estamos na fase final de pensar e estruturar o Plano de Metas. Esses dados, com certeza, serão levados para o nosso time pra pensarmos em melhores soluções de como gerar, de fato, impacto geral na cidade, nas pessoas com as quais atuamos.

Em relação ao custeio, compartilho com a Vereadora Soninha. Ela sabe o quanto tenho me dedicado a esse ponto, e esse ponto é pra mim bastante relevante: como, de fato, conseguir olhar para o Orçamento de maneira real, de modo que consigamos mais eficiência. E quando digo eficiência não é eficiência quanto ao custo, mas eficiência no sentido de que o recurso consiga ir pras pessoas, para os cidadãos que nós representamos. A SMADS representa desde a primeira infância até a terceira idade.

Então estamos olhando de perto pra essa questão da transparência, transparência fiscal, orçamentária. E estamos muito abertos pra pensarmos juntos. Acreditamos que os melhores resultados são quando a população também está com a gente. Esse é um dos pontos, e a Vereadora Soninha novamente mencionou porque ela acompanhou de perto e nesse processo nós aprendemos muito com ela nesse. Esse é um ponto importante a ser trazido pra mesa porque a gente não consegue fazer sozinho. A partir do momento que temos tecnologia, que temos monitoramento do Orçamento, a questão da fiscalização positiva é pensarmos juntos para termos melhores soluções. A gente está totalmente aberta a isso.

Trago um convite pra pensarmos soluções conjuntas, eu estou aberta a receber todos pra conversar.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – É, eu gostaria de deixar aqui esse ponto, só pra finalizar, porque estamos com pouco tempo, mas eu, Janaína, estou aberta a dialogar com todos. Quero

ouvir todo mundo.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Esse Programa Redenção é meta? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Calma, calma. Pirata. calma, calma!

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Você depois se inscreve na audiência geral.

Mas fala um pouquinho Janaína: Braços Abertos acabou, e Redenção é meta?

**A SRA. JANAINA LIMA** – Nós estamos estudando essa questão da meta, de como a gente olha para o Redenção, como uma possível...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ele não existia, surgiu agora essa ideia?

**A SRA. JANAINA LIMA** – Sim. É um programa novo, sim.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – No seu tempo já tinha essa possibilidade, Soninha?

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – A gente estava desenvolvendo, de maneira muito intensa...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O nome era esse mesmo ou pensavam em um nome assim mais... (Risos)

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – A gente tinha outras propostas de nomes... (Risos)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O importante é trocar o nome, objetivamente.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Não, não, não... A gente achou que não era o caso de se debruçar sobre o nome, mas tratar do que realmente vinha mais ao caso. Estava sendo construído e está sendo construído, eu acredito, é um programa bem fundamentado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Mas o Braços Abertos acabou? (Pausa) Acabou? Acabou, Janaína? O Programa Braços Abertos acabou?

**A SRA. JANAINA LIMA** – A gente está olhando sim para o Redenção como uma nova proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Não! Mas o Braços Abertos acabou? O Prefeito falou na televisão que acabou. Acabou ou não acabou?

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. JANAINA LIMA** – Ele trouxe isso, ele trouxe... Estou acompanhando o Programa Redenção na perspectiva estadual e municipal. Então esse seria o ponto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Então, mas quando você acaba alguma coisa, mexendo com esse tipo de público, você já tem que ter outro. Vocês estão pensando então em fazer um programa novo, é uma ideia que surgiu?

**A SRA. JANAINA LIMA** – Está em construção, está em construção...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vou fazer o seguinte: depois eu queria entender o que será feito com essa população. Eles estão por aqui? Não sei, encontraram ali fora?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ricardo, na Avenida Atlântica, como é que está esse público lá? Rodrigo, como é que está lá?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RICARDO NUNES** – Está do mesmo jeito, desde 2013, Jair.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Sim, desde 2013. Estou dizendo que esse público está aumentando lá, agora, e porque se espalharam...

Então, vamos lá: vou encerrar esse tema e isso não impede que na audiência geral da LDO voltemos a tratar do assunto.

Então enquanto o Secretário Caio faz sua exposição, eu deixo abertas às inscrições para a audiência pública geral. E a Janaina fica um pouco mais conosco.

**A SRA. JANAINA LIMA** – Vai ser uma honra, obrigada.

- Pausa.

**O SR. CAIO MEGALE** – Bom dia a todos. É um prazer voltar à Comissão, à audiência pública da LDO, e tratar de tema de vital importância pra sustentabilidade das políticas públicas do Município de São Paulo.

Sabe-se por diversas evidências, não só no Brasil, que políticas públicas que levam a desequilíbrios orçamentários, a desequilíbrios fiscais estão fadadas a não serem sustentáveis, a trazerem problemas mais sérios, lá na frente. É fundamental que o crescimento, que a evolução, que as políticas sejam acompanhadas de equilíbrio fiscal, de sustentabilidade das contas pra que sejam sustentáveis ao longo do tempo. A LDO contribui com essa busca pelo equilíbrio das contas públicas porque dá as diretrizes orçamentárias, mais claramente, para 2018, com compromisso, e também as diretrizes para os anos seguintes, até 2020.

Os números estão aqui. Trouxe alguns *slides* pra respaldar a nossa conversa.

O primeiro mostra as variáveis macroeconômicas, as hipóteses que usamos como pano de fundo pra projeção de receitas e de despesas. O PIB projetado para este ano é de 0,5% de crescimento. Até o primeiro trimestre deste ano, o PIB não foi positivo. Há ou havia expectativa de estabilidade, havia sinais claros de estabilidade na Economia, e a perspectiva de alguma recuperação para o segundo semestre, que iria ou vai beneficiar a retomada das receitas. Para 2018 em diante colocamos um crescimento moderado se comparado a outros países, mas se eu comparar com a *performance* recente da Economia brasileira, até que é positivo, até que é bom um crescimento de 2,5% a cada ano.

Uma taxa Selic média reduzida a 8,75% e ficando estável; e a inflação medida pelo IPCA, em torno do centro da meta para 2018/2019, de 4,5% e em 2020, 4,42%. Essas premissas não foram projetadas por nós, foram retiradas, foram embasadas no relatório *Focus* do Banco Central, que faz uma coleta de projeções de quem eles chamam de *especialistas do mercado*, ou seja, baseada nos economistas das diversas entidades. Esse é o pano de fundo.

Diante desse pano de fundo, um crescimento de 0,5% está abaixo do crescimento que esperávamos ou que foi embutido na LDO, que estava acima de 1% na LDO de 2017. Isso

implica em revisão de receitas. A receita primária foi reduzida de 49 para 48 bilhões, uma pequena revisão devido à arrecadação fiscal deste ano, de ISS principalmente e do ICMS, que é repassado pelo Estado, o que demonstra um descolamento frente ao colocado no Orçamento do ano passado, e esse descolamento motivou a revisão da receita. O resultado primário também foi reduzido de 2,5 bi para 11, apenas um pouco devido à revisão da receita porque com a revisão de receita você sempre consegue contrabalançar o ajuste das despesas.

Como a Soninha falou, há espaços em diversas áreas e programas, essa gordura pode fazer com que ganhemos eficiência sem prejudicar o trabalho, às vezes até melhorando a qualidade dos serviços prestados. Mas a principal razão para a redução da meta do resultado primário é a utilização de receitas orçamentárias de exercícios anteriores, e há a perspectiva de que gastemos este ano.

O exemplo mais claro é o das operações urbanas. Das operações urbanas são emitidos Cepac, que entram como receitas primárias naquele ano. Se você não gasta, fica como um superávit primário nos anos de 2014, 2015. No momento em que você gasta, lá na frente, é uma despesa primária que não tem contrapartida de receita naquele ano. O gasto, a execução de recursos da operação urbana não é um desequilíbrio orçamentário porque a receita veio, está no caixa e, no momento, vou usar. A gente tem todo um planejamento. Mas, naquele momento, ele representa uma receita primária e nós incorporamos toda execução da operação urbana e outras receitas vinculadas com as quais entramos o ano em caixa. Essa é a principal razão para a redução, mas uma redução que ainda é um superávit primário, e que nos dá conforto com relação à dinâmica da dívida, todo conforto pra pagar nossos compromissos financeiros para esse ano.

Esse é o último quadro, são as projeções pra frente, projeções de receita total e despesa total, pra frente. Até 2016 é o executado; a partir de 2017, são projeções. Projetamos uma receita total, eu diria, em um cenário realista, um cenário factível a luz da conjuntura macroeconômica em que vive o País. Estamos com projeção de crescimento de receita em



torno de 3,5% este ano e, ano que vem, está bastante baixo, abaixo inclusive da inflação, com recuperação só no último ano projetado, de 2019 para 2020.

As despesas primárias vieram crescendo em ritmo mais forte até o ano passado e este ano também porque há o efeito carregamento. Boa parte das despesas primárias depende da taxa de crescimento, que foram feitas ao longo do ano passado. Entramos este ano com gastos mais fortes em algumas rubricas, especialmente no subsídio ao transporte público, mas nós estamos revertendo e a tendência é recuar pra um nível de 3,5 pra ser compatível com a evolução das receitas.

Então é um cenário, de novo, realista, factível que equilibra receitas e despesas ao longo dos próximos exercícios, o que é o objetivo primordial das Diretrizes Orçamentárias.

Esses são os comentários que eu queria fazer.

Quero devolver então ao Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Relator, agora ou depois?

**O SR. RICARDO NUNES** – Você quem sabe, Presidente. Só quero pegar o gancho das operações urbanas. (Pausa) Temos hoje 1,5 bi em caixa, valor de operação urbana. Este ano vai usar alguma coisa, Secretário?

**O SR. CAIO MEGALE** – A expectativa é usar.

**O SR. RICARDO NUNES** - O Governo tem alguma ideia de fazer alguma outra operação urbana? Jurubatuba está prevista ou não?

**O SR. CAIO MEGALE** – Há discussão, discussões sobre o tema que envolvem processo legislativo e tudo, mas acho que é uma ferramenta eficiente e possível para o financiamento de obras urbanas e de moradia de interesse social, ao longo do tempo.

**O SR. RICARDO NUNES** - Esse valor é a conta que a gestão passada colocou que estava em caixa?

**O SR. CAIO MEGALE** –Isso.

**O SR. RICARDO NUNES** - Presidente, como é que o senhor vai conduzir? Abrir inscrição?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu vou consultar novamente os Colegas se falam agora ou depois. Temos ainda uma hora pra debater, com tolerância de 15 minutos pra abrir a sessão ordinária. (Pausa)

**O SR. RICARDO NUNES** – Posso?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Pode.

**O SR. RICARDO NUNES** – Queria iniciar fazendo um registro que é importante, não é observação só minha, mas de todos os Vereadores desta comissão e de outras, que é a participação do Secretário Caio aqui na Câmara. Ele vem com o Subsecretário do Tesouro, com a Subsecretária do Orçamento. Acho importante registrar porque demonstra que a Secretaria da Fazenda está bastante sintonizada com a Câmara Municipal. Mais do que elogiar, Caio, é manter essa relação porque é importante pra todo mundo.

Fizemos uma análise do projeto e identificamos que talvez tenha algum problema na Dívida Fiscal Líquida. Aonde está? (Pausa) A Dívida Fiscal Líquida, se observarmos o que está registrado em 31/12/16, aparece com 39,4 bilhões. Vem então a LDO com resultado nominal de 17,3 (?) (ininteligível) bilhões e 42,7 da dívida fiscal, que é o que consta para 2017. Como de... 926 milhões a gente notificou uma diferença de 2,6; 2,7 bilhões. Se o senhor puder explicar, existe alguma falha pra corrigir ou se nós, talvez, observamos errado.

Mais especificamente iniciamos com relação à dívida fiscal líquida.

**O SR. CAIO MEGALE** – Vou responder essa questão que é mais técnica.

Na verdade, tem uma diferença de metodologia, uma mudança de metodologia na Secretaria do Tesouro Nacional para o ano de 2017. Até o ano de 2016, incorporávamos como caixa o Fundo de Depósitos Judiciais, aquele fundo constituído dos depósitos judiciais, isso abatia da dívida bruta e reduzia o resultado da dívida líquida. Para 2017 a Secretaria do Tesouro Nacional sugeriu, indicou não fazer mais isso, então nós tiramos o fundo de depósitos

judiciais da conta. Então a dívida cresceu pelo resultado primário, a dívida líquida, e pela saída do fundo de depósitos judiciais da liquidez. E a orientação é até 2016 seguir uma metodologia, a partir de 2017 seguir outra. Então ficou esse decasamento mesmo.

**O SR. RICARDO NUNES** – Secretário, por causa da lei complementar que autoriza a utilização dos 70% para pagamento de precatório, é isso?

**O SR. SECRETÁRIO** – É, porque você levanta os depósitos judiciais e o restante dos depósitos judiciais constitui um fundo de depósitos judiciais que, enfim, eventualmente, se mudasse a lei, você poderia acessar esse fundo. Mas não tem acesso esse fundo, então ele não, na verdade, liquidez. Mas no conceito anterior ele sugeria que você colocasse ele...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. SECRETÁRIO** – É um elogio à minha apresentação aqui? (Risos)  
Maravilhoso. Muito obrigado.

A metodologia do Tesouro indicava para usar aquilo como um conceito de caixa livre. Para 2017 eles corrigiram isso, porque na verdade não estava correto usar isso como caixa livre, contabilizar isso como caixa livre. Nós deixamos de contabilizar como caixa livre e naturalmente a dívida líquida sobe um pouco.

**O SR. RICARDO NUNES** – Então a alteração é por causa de utilizar ou não os depósitos judiciais (ininteligível) metodologia, é isso?

**O SR. SECRETÁRIO** – O fundo de depósitos judiciais como um caixa líquido para descontar da dívida bruta.

**O SR.** - Fiquem à vontade para fazer (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu tenho aqui um documento...

Terminou, nobre Relator?

**O SR. RICARDO NUNES** – Sobre esse aspecto, sim. Eu queria... Posso continuar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Sim, (ininteligível) que manda.

**O SR. RICARDO NUNES-** Secretário, o que a gente tem, fora as questões das audiências públicas que, sempre que relatei – já relatei a LDO -, a gente sempre procura trabalhar muito a questão das audiências públicas e absorver o que os munícipes vêm aqui falar, que é o Anexo 1, aí estão envolvidas várias secretarias. Mas o que a gente tem de inovação ou pelo menos de pretensão para apresentar à Comissão de inovação, discutindo com os vereadores dessa comissão e os outros vereadores, é a questão do Fundo Municipal de Desestatização. Isso é o que tem como foco, de não deixar isso sem constar da LDO.

A gente tem ideia de tentar construir um artigo, porque, como Relator, todos os vereadores vêm colocar suas necessidades e esperam que a gente atenda isso. Eu, particularmente, acho que é um tema importante em relação a Orçamento. Tomara que dê certo, que esse fundo tenha recurso e da destinação dos recursos. Então a gente tem mais ou menos uma ideia de como vai construir essa questão, mas eu gostaria de ter a opinião de vocês, da Lucilene, do senhor e do Amed. Como é que a gente pode construir? É um fato novo, votou aqui, vai ter e acho que tem que ter. Agora a gente precisa construir isso de uma forma conjunta, que é uma situação importante.

Poderia fazer uma consideração de como é que a gente pode conduzir isso. E a gente tem aqui uma ideia de como elaborar esse artigo e como é que a gente vai conduzir com relação ao recebimento desse recurso no Fundo Municipal de Desestatização, à fiscalização dele e a destinação dos recursos. Acho que é superimportante.

**O SR. PRESIDENTE (Jari Tatto)** – OK. Tenho aqui também protocoladas algumas sugestões de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Conselho Municipal de Desenvolvimento (ininteligível) Solidário e Sustentável.

Nobre Relator, tire uma dúvida: emendas têm que ser via vereador e uma bancada, não é?

**O SR. RICARDO NUNES** – Não, Presidente. Nós vamos votar no começo de junho em primeira votação. Pretendemos pelo menos. Não sei como é que vai estar o termômetro da

Casa. Após a votação em primeira, nas duas sessões ordinárias seguintes, está aberto o prazo para os vereadores apresentarem suas emendas. Lembrando que estamos em processo de treinamento dos assessores dos gabinetes para instruir...

- Falas sobrepostas.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Recolhendo, obviamente (ininteligível).

**O SR. RICARDO NUNES** - ...como se processam as emendas. Até pediria para a assessora me passar a data do treinamento, para a gente poder (ininteligível).

- Falas sobrepostas.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu entendo que essas emendas sugeridas – a Cultura apresentou também -, nós teremos que então, via comissão...

**O SR. RICARDO NUNES** – Pode.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - ...fazer uma... não é?

**O SR. RICARDO NUNES** – Lógico.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ela tem que ser traduzida por vereadores, *okay?* Elas são apresentadas por vereadores, então só para deixar... Tanto no Orçamento como...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ou por bancada, não é? Como nós podemos tratar também... O Líder do Governo está aqui. Nós podemos tratar essas sugestões como uma emenda da Comissão, *a posteriori*. A partir da primeira votação, nós, enquanto comissão, os vereadores podem ser signatários das emendas?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tudo bem. Só para ter um... As pessoas às vezes me perguntam e eu tenho esse entendimento. Ela passa por um vereador, por uma bancada ou por mais de um signatário, se assim for necessário ou desejável. Mas funciona, pelo nosso Regimento, a partir da votação em primeira, que será no dia 7, essas emendas

avaliadas pelo Relator. *Okay?*

**O SR. RICARDO NUNES** – Presidente, a sugestão aqui é incluir no Anexo 1, em *Metas e Prioridades*, o item *Sampa Verde*.

Eu queria fazer uma observação. Como é início de gestão, o Plano de Metas está em discussão, me parece que concluiu, recebeu 20 mil contribuições e tem elaboração do Governo. O Governo tem nos dito que deve concluir isso em agosto. Uma das ideias que eu pretendo apresentar aqui para os vereadores da Comissão é que a gente construa um artigo - já tem prevista alguma coisa no original -, que o Plano de Metas seja incorporado à LDO automaticamente. Porque parece que está com um processo bastante amplo, dinâmico e popular. Para que nós, ao recebermos o Orçamento no final do ano, o Orçamento de 2018, tenhamos como comparar o que colocamos na LDO com o Plano de Metas, e ver se estão atendidas essas questões.

Muitas das coisas do Anexo 1, que é o Plano de Metas, a gente vai construir, recepcionar o que as audiências públicas colocaram, mas também será anexado o Plano de Metas que está sendo desenvolvido com a participação das audiências públicas etc.

Aproveitando a oportunidade, Presidente, os cursos para as emendas dos Srs. Vereadores à LDO, dias 29, 2 e 5.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A que horas?

**O SR. RICARDO NUNES** - Das 6h às 18h. (Risos) O horário eu não sei.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Mas isso é para não comparecer ninguém, Vereador.

**O SR.** - É o dia inteiro.

**O SR. RICARDO NUNES** – Não tem pressa, depois vocês levantam aí. Foi enviado *e-mail* para todos os gabinetes.

- Falas sobrepostas.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – É importante essa informação, muito importante. O Relator Ricardo Nunes sempre muito democrático, muito atento, a oferecer

oportunidades a todos.

Muito bem. Primeiro inscrito, Sueli Farah, Servidores Admitidos; depois o André Luzi, da Ação Cidadania.

Os que falaram no primeiro tema... Serei rígido no tempo agora.

**O SR. RICARDO NUNES** – Presidente, antes de a Sueli falar, aproveitando a brecha, no dia 29 o curso será das 15h às 17h; no dia 2 de junho será das 11h às 13h; no dia 5 de junho, das 15h às 17h. É o horário dos cursos para apresentação das emendas à LDO.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Maravilha.

Sueli.

**A SRA. SUELI FARAH** – Bom dia. Obrigada, Presidente. Gostaria de agradecer novamente a oportunidade de estar aqui trazendo a questão dos servidores admitidos que, repito, não é uma questão partidária, é uma questão histórica que a gente pretende resolver; e agradecer a todos pela oportunidade, mais uma vez, de atualizar e dizer que nós já estamos com um grupo de trabalho formado aqui na Casa, com a participação da Secretaria do Orçamento com a Secretaria da Gestão, estudando nossa proposta de solução.

Só estou aqui colocando o seguinte, gente: nós precisamos, neste momento, de uma formalização desse compromisso, porque nós já vimos de uma história de muita reunião, muito estudo, mas chega na hora, como no ano passado a gente conseguiu inclusive entrar na LDO, depois o Prefeito veta. Então eu estou aqui pedindo, por favor - aproveitando a presença aqui do Líder do Governo, Vereador Nomura, que conhece muito bem a nossa situação, representantes da Secretaria do Governo -, que a gente encaminhe o nosso pedido a partir daqui, de como poderíamos formalizar o compromisso de solução para esses sete mil servidores.

É urgente e necessário esse compromisso, porque a gente já vem de outras administrações em que a gente estudou, estudou, fez um monte de coisas, aqui dentro da

Casa a gente conseguiu avanços, e chega lá o Prefeito veta. Enfim, tem que ter um compromisso com o Executivo. O Legislativo já está compromissado conosco, tem mostrado que tem desempenhado como lealdade e com compromisso uma solução para nós, inclusive o próprio Vereador Jair Tatto está comprometido com isso. Então o que nós precisamos é de um compromisso do Executivo. O Executivo precisa se posicionar, dizer para nós: “Sim, nós vamos construir essa solução e vamos realizar essa solução”.

Então eu estou pedindo aqui, por favor, se nós poderíamos, a partir daqui, encaminhar um pedido de formalização do compromisso com a solução para nós, porque nós vimos em outras ocasiões todo o nosso esforço terminar inexplicavelmente num veto do Prefeito, ou simplesmente um negociador da gestão chegar para a gente na hora agá e dizer: “Não temos nada para vocês”.

Nós estamos avançando, temos compromisso, temos seriedade no trabalho, todas as justificativas da legitimidade dessa luta já estão colocadas, a questão legal, a questão orçamentária contornada. Existe maneira de solucionar, sim, o problema. Nós não temos problema nenhum com a Constituição. O problema não é nossa Constituição nem os constituintes. O problema são os constituídos, de cumprir o que a Constituição determina. Nós inclusive estamos amparados pela Constituição.

Então não precisa desse compromisso. Não sei como fazer isso. Gostaria de saber aqui se a gente pode falar com o Prefeito? A gente pode falar com o Secretário da Gestão, de novo? Já falamos com ele no dia 7 de fevereiro. Ele já conhece a nossa situação. Ele já designou um técnico para acompanhar nossas reuniões aqui na Casa, mas não tem compromisso. Coloco essa pergunta aos senhores. Porque vamos entrar de novo na na LDO de novo. Não vamos entrar? Já conquistamos isso também. Na nossa próxima reunião que acontece no dia 13 de junho às 10hs. teremos uma assessora do nobre Vereador Ricardo Nunes conosco, para estar acompanhando nossos trabalhos, e ajudar a gente, inclusive nessa relação com as leis orçamentárias que passam aqui na Casa, para não ter conflitos, para não



ter interrupções. Mas precisamos da formalização desse compromisso. Alguém pode nos ajudar a fazer isso? Falar com o governo para estabelecer esse compromisso formalmente, um protocolo de intenções. Não sei. Alguma coisa que nos garanta que vamos, seja lá qual for a solução que vamos ter uma, que aja esse compromisso do Executivo, porque o Legislativo tem esse compromisso conosco.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Gostaria de registrar aqui, não sei o termo que se usa correto desse serviço que temos aqui das meninas, é tradução e libras? Interprete? Interprete de libras.

**O SR. RICARDO NUNES** – Sr. Presidente, o senhor sabe de quem é o projeto?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu tenho um desse, não sei se coincide.

**O SR. RICARDO NUNES** – Não. Não. O aprovado em plenário e publicado o projeto de resolução.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Parabéns. Eu tenho que é para as escolas.

**O SR. RICARDO NUNES** – Estávamos em uma audiência pública do orçamento e vieram três pessoas que não conseguiram participar da audiência. Elas foram embora bravas porque não tinha interprete de libras. E aí surgiu a ideia de fazer o projeto. E essa é a terceira sessão que tem esse serviço

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Com a palavra o Sr. André Luzi Campos.

**O SR. ANDRÉ LUZI CAMPOS** - Sou da Ação da Cidadania e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. O Betinho na Ação da Cidadania, ele dizia que o Orçamento Público, ele é feito para a população não saber. É importante a gente saber que a técnica é construída com base em um olhar político. Então a gente precisa trazer a população a discutir o orçamento conosco.

Nesse caso, nossa contribuição no Conselho Municipal de Segurança Alimentar é trazer o Plano Municipal de Segurança Alimentar Nutricional para ajudar a organizar as políticas a partir desse eixo do desenvolvimento que é alimentação, agricultura e a nutrição.

Temos a convicção que esse temário pode trazer uma cidade mais dinâmica, mais inclusiva e promotora da saúde. Invertendo um pouco da lógica que trabalha no presenteísmo mas que saber que investir na alimentação, na agricultura familiar e na nutrição, trás ganhos futuros para à Cidade de São Paulo. Nesse sentido nossas contribuições estão aqui, vamos apresentar a todos os Srs. Vereadores. Esse tema do financiamento das políticas de segurança alimentar nutricional por ser intersetorial é bastante caro para nós. Importante, já nos grupos de planejamento, em cada pasta trazerem suas contribuições em relação ao tema, e aí a preocupação que nos surgem é como garantir que o financiamento dessas políticas, se nós vamos fazer melhor arrecadação a partir das doações, que esses recursos vá para os fundos públicos e não apenas em projetos pontuais, mas que alimentem os fundos públicos previstos na cidade. Se for pensar em incentivos fiscais que sejam garantidos os incentivos fiscais para as práticas alimentares saudáveis, pequenos agricultores, restaurantes, empreendimentos criativos na área da alimentação.

Outro tema que nos preocupa bastante, frente á política desestatização e venda da cidade, que pode impactar severamente no direito humano alimentação, temos uma dúvida porque o Orçamento e o planejamento popular que foi fruto do orçamento participativo na gestão Marta, depois gestão Haddad, ela não tem sido valorizada nessa gestão. Então como pensar um tema tão importante que é a desestatização sem a participação popular? Sem um olhar de quem no seu dia-a-dia quer ajudar influir e construir no processo?

Outro tema que temos uma grande preocupação é em todos esses documentos orientativos da política e do financiamento dessas políticas tem uma rubrica de segurança alimentar nutricional como já acontece no PPA, por exemplo, Federal. Isso vai ajudar a gente identificar os gastos que a Prefeitura faz com seus recursos próprios, com recursos de terceiros, com recursos federais ou do Estado, e compreender efetivamente como é esse pacto para garantia das políticas publicas na área da alimentação e da segurança alimentar.

Vou passar as mãos do relator, nobre Vereador Ricardo Nunes a contribuição do

plano. Entregar ao Sr. Secretário Caio, e que consigamos fazer, efetivamente, um cotejamento com o programa de metas com o programa de metas de não construir documentos tão Frankenstein que a não consigamos, depois, criar uma sinergia, ou uma complementação desses recursos. É fundamental que possamos fazer isso.

E por fim, a próxima plenária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que pretendemos realizar aqui na Câmara Municipal de São Paulo, convidamos todos os Srs. Vereadores a estar conosco porque a discussão vai ser justamente o financiamento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional na Cidade de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Entregue a Presidência, vou entregar também ao relator o Plano Municipal de Segurança Alimentar Nutricional.

No dia 31 acontece a audiência pública da Lei de Responsabilidade Fiscal, o nosso Secretário estará conosco, novamente aqui.

Passo a palavra ao Sr. Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Tivemos uma participação de cerca 50 audiências públicas no PDE, e nessas audiências públicas apresentamos a tese de levar as empresas para os bairros da Cidade de São Paulo, mas não como uma visão equivocada, alguns aqui defende, o emprego no território, diminuir as viagens dos munícipes para os demais centros. O emprego hoje está concentrado nos Jardins, mas com a visão de transformar os bairros da Cidade de São Paulo em verdadeiras cidades.

Defendo uma reforma de estado, só no Estado de São Paulo, 40% das cidades, dão emprego para meia dúzia de privilegiados e cerca de 80% dos cidadãos munícipes ficam desempregados. Assim criando cidades inteligentes, cidades ideais e fortes. Minha pergunta ao Secretário é a seguinte: São Paulo tem mais de dois milhões de desempregados hoje, e a pesquisa que fizemos, estão expulsando o emprego da Cidade de São Paulo, a pesquisa que temos aqui cada hora aqui na Cidade de São Paulo cinco cidadão perde o emprego. Isso a

cada hora. A empregabilidade esta caindo igual efeito dominó aqui na Metrópole de São Paulo.

Mas a minha pergunta ao Sr. Secretário é a seguinte, primeiro, parabenizar o Secretário que está sempre presente nas audiências públicas, não foge do debate e, assim, repudiou aqueles Secretarios que são fujões, que fogem do debate, não comparecem para trabalhar para a Cidade e os munícipes. Minha pergunta para V.Exa. é a seguinte, o senhor colocou em sua explanação que fez agora, recentemente, é que ia aumentar o PIB da cidade de São Paulo. Queria saber de V.Exa. qual o PIB da Cidade, porque sei que São Paulo contribui 40% com o Estado, o Estado não investe em nada – só crime, maldades, corrupção na Cidade – e contribui com 13% para a União.

Minha pergunta é como o senhor vai recuperar esses investimentos e o PIB da cidade de São Paulo, com o povo indo embora e as empresas, 42% das empresas saindo da Cidade. E, para recuperar o emprego, só finalizando, Sr. Presidente, qual é minha tese para a LDO: é pelo menos uma vírgula de R\$ 500 milhões o investimento de infraestrutura nos equipamentos para levar as empresas aos bairros da cidade. E sem esse investimento, automaticamente, não vai ter a aceleração da economia nem o resgate dos empregos na Cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado Sr. Laerte Brasil. Agora, o Sr. Fábio Siqueira, em seguida o Leandro, do Sindsep.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Mais uma vez bom dia a toda municipalidade e à população aqui presente, aos senhores Vereadores, ao Sr. Secretário Caio Megale e sua equipe multisetorial.

Hoje, segundo a programação, iremos discutir também as Prefeituras Regionais, as tais Subprefeituras. Ao que parece o Secretário e Vice-Prefeito Bruno Covas não está presente, mas essa discussão não pode ser retardada, pois percebemos que a legislação da Subprefeitura, que é a Lei 13.339 de 13 de setembro de 2002 não vem sendo cumprida nessas últimas três gestões.

A Gestão José Serra não cumpriu, fez um decreto imoral, um decreto canalha que juntou, cancelou, as coordenadorias das Subprefeituras e centralizou em 13 de Educação e 5 de Saúde e Assistência Social, ou seja, bagunçou, badernou a administração pública paulistana, de uma maneira ilegal, porque não se muda decreto, não se muda lei por decreto, isso é uma coisa básica no direito pátrio brasileiro. E isso, até hoje, a população está sofrendo com isso.

A Gestão Kassab, do seu vice, também nada fez, manteve nesses oito anos, até 2012, essa nefasta política e, surpresa nossa, a Gestão Fernando Haddad, eleita como Oposição a essa infausta dupla manteve a centralização, enganou a população, cometeu estelionato político, esse Collor do PT Fernando Haddad e, infelizmente, continuou esse absurdo que é o desrespeito à Lei 13.339, criando um problema gravíssimo. Vou dar o exemplo da Prefeitura na região do Jabaquara.

O Jabaquara discute Educação não no Jabaquara, em Santo Amaro. Já a Saúde, não discute na área do Jabaquara, discute no Ipiranga. E a Assistência Social que foi tema aqui, hoje, discute na Vila Mariana. Quer dizer, quem resiste a uma administração pública confusa e desrespeitosa com a lei vigente em relação à questão das Prefeituras Regionais. Por isso que estou bastante descrente do sucesso das Prefeituras Regionais e também da questão orçamentária.

A gestão Haddad deixou menos dinheiro no orçamento comparado a do exercício anterior em Subprefeituras mais carentes, como Jaçanã/Tremembé, Pirituba/Jaraguá, Perus. Realmente é uma situação bastante difícil, desalentadora.

Lembrar também de uma política legislativa da gestão de 2015, da Câmara no Seu Bairro. Não aconteceu quase nada. A dotação de 2016 teve Subprefeitura que estava zerada. Ou seja, chamaram a população, fizeram as reuniões importantes ouvindo 30 munícipes por Subprefeitura e nada aconteceu. Será que o Secretário Bruno Covas vai retomar as demandas das Prefeituras Regionais, da Câmara no Seu Bairro, ou vai ser mais dinheiro jogado fora?

Também queria comentar sobre os Conselhos Municipais. O que vai acontecer com os Conselhos? O Comusan, por exemplo. Na gestão Haddad ninguém sabia se estava na Secretaria do Trabalho, da Subprefeitura, a questão dos mercados e sacolões, dos varejões municipais? Alguns órgãos mais do que cinquentenários vão ser entregues ao neoliberalismo? Vão ser privatizados? Essa é que é a tal gestão Doria Júnior?

Foi citada a questão da operação urbana, que é um tema que realmente causa tristeza. Não adianta ter 1,5 bilhão e a população do Real Parque esperar a sua moradia prometida desde a gestão Maluf. Infelizmente a Operação Urbana não chega à população mais carente da cidade de São Paulo. A operação urbana que atenderia a zona Leste foi violada pela gestão Haddad, que é Rio Verde/Jacu Pêssego. O que adianta fazer o Itaquera lá e não ter uma operação urbana para a população de São Miguel e região?

Por fim gostaria de citar a questão da destruição da gestão Haddad dos Conselhos Deliberativos. Ele rebaixou – junto com a Secretária Leda Paulani – em conselhos consultivos. Na gestão Doria vão continuar consultivos, não valendo de nada?

É isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. Agora, Leandro, Presidente do Sindsep.

**O SR. LEANDRO** – Vou tratar da questão o mais específica da pauta dos servidores públicos municipais São Paulo como é todo. O sindicato representa os trabalhadores municipais e estamos tabulando, claro, uma negociação na mesa central e o secretário fez uma explanação inclusive sobre os dados, macro econômica, a situação da Prefeitura e etc.

Então, tem um dado colocado pela gestão e, claro, que também tem um dado analisado pelos indicadores de execução orçamentária da Câmara Municipal e etc que ela também faz um cenário, avalia o que cresceu e o que não cresceu, etc. Claro que o cenário apresentado pelo secretário é bastante complicado. Evidentemente é o olhar dele dos dados,

mas é claro que tem problemas, mas que não mudou muito em relação ao período passado. Estamos vivendo mais ou menos um pouco o cenário, claro que pode piorar e melhorar dependendo da situação política e econômica do nosso País.

De qualquer forma, esperávamos que o Governo Doria inovasse do ponto de vista do índice de reajuste geral dos servidores públicos. Ele adiantou uma posição de que vai ficar no 0,01%, do ponto de vista mais geral. Claro que vamos ter uma reunião no dia 29 para dialogar na mesa central, mas quero deixar registrado que, do ponto de vista geral, rejeitamos concretamente esse percentual que vocês já acenaram que poderá ser o índice geral do reajuste dos servidores.

As outras questões envolvem a vida dos trabalhadores, do dia a dia na Prefeitura, e uma delas é sobre condições de trabalho. Sabemos que a Prefeitura do Município de São Paulo, não só ela, mas a gestão pública, de uma maneira geral, trata seus trabalhadores ainda como se vivêssemos no período feudal: falta de pessoal, falta de condições de trabalho, enfim, uma série de questões bastante complexas e complicadas, que estamos fazendo luta há mais de 20-30 anos para superar, e aí vocês resolveram constituir um grupo de trabalho e dizem que esse grupo será interno.

Estou destacando isso, porque nós já evoluímos no passado uma discussão a respeito, entendemos que se vai fazer um grupo de trabalho para discutir questões de condições de trabalho, é preciso ouvir a experiência daqueles que já vivem na Prefeitura, já têm estudos, já têm avaliação, inclusive sobre os ambientes, que implantam CIPAs, enfim, que fazem o mapeamento do local de trabalho, mapa de risco, etc. Então eu estou questionando esse aspecto de fazer um grupo interno para discutir isso.

O segundo grupo vai estudar alteração na Lei Salarial do Município. Nós também já evoluímos isso no passado, já tivemos um grupo de trabalho constituído pela gestão e também pelos trabalhadores para fazer esse estudo. Evidentemente, a gente pode chegar ou não a um denominador comum. Nós já avançamos no sistema, no SINP relações. Estou colocando aqui

para que vocês revejam essa posição que estão tendo e que, no dia 29, a gente possa evoluir nessa discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Conclua, por favor.

**O SR. LEANDRO** – E o terceiro, deixa ver aqui, é em relação à questão – claro que 0,1% não vai dar resposta para tudo, mas nós sabemos que há setores da categoria que tiveram perdas, por exemplo, o pessoal do nível básico e médio, que são os Agentes de Apoio e AGPPs, Agentes de Políticas Públicas da Prefeitura, escriturário e o pessoal de apoio. Eles estão, desde 2013, com uma perda salarial de 26% e as demais categorias todas por volta de 15%. Está certo? Isso precisa também ser olhado e tratado.

É claro que vai ter um grau de tensionamento. Sabemos dos problemas que a Prefeitura tem, mas não podemos parar de fazer as nossas reivindicações, as nossas lutas, e seguir em frente para melhorar as condições de trabalho e as condições de vida dos profissionais da Prefeitura de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Conclua, por favor.

**O SR. LEANDRO** – Fechando, enfim, as outras questões eu acho que a gente vai ter um tempo para discutir o dia 29, mas fiz questão de marcar essas questões, porque elas são importantes. As demais, a gente evolui o debate no sistema de negociação. Ok?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado.

Encerro neste momento as inscrições. Temos ainda oito inscritos. *Rapper Pirata*, em seguida, Marcelo de Souza Lima.

**O SR. PIRATA** – Primeira coisa, quero reforçar ao Megale e ao pessoal aí, aos Vereadores, acho que o importante que acontece é o avanço de vocês.

Agora, a sensação que a gente tem, quando alguém..., parece que tudo volta à roda, não tem política na cidade de São Paulo. A gente tem que evitar isso.

O que nós estamos reforçando a todo o momento é que existem políticas que precisam ser valorizadas, elas precisam aparecer.



E aí eu só quero – tem uma parte que é mais difícil aqui -, mas a gente vai trocar umas ideias, garantindo a parada da cultura, já explicamos um monte de coisa e todas as políticas que estamos dialogando são transversais, não é garantir a fala em todos os lugares, é que há transversalidade, cultura tem a ver com serviço social, com educação, etc.

Mas vamos lá. Rapidamente, são informações básicas: nesses quatro primeiros meses, receita tributária aumento de 7,58 nos seguintes impostos: IPTU, dá um total, tem uma variação de aumento de 11,23%, 387 milhões; ISS, 114,2 milhões; IR, 91,6 milhões; ITBI, que é venda de casa – estamos em crise, mas estamos vendendo casas –, 48 milhões.

Essa parte de fazer matemática é muito chata, porque é um discurso, mas quero reforçar os compromissos. Quando falamos que não vai vir dinheiro do Governo Federal, o que estamos querendo dizer que é não vir os 2,09%; do Estado, os 4,92%. Numa pizza, isso não é nada. Temos que entender que vem dinheiro do Governo Federal, há a estrutura do Estado. Mas se há a crise – apesar de que não sei qual é –, por que não investir em outras áreas das empresas, que têm um discurso duro: apesar de se mostrarem corruptas, ainda assim falam que são mais competentes que o Estado.

Quanto ao ISS, há uma arrecadação de 2,1 bilhão – sei que há menos 140 milhões. Do IPVA, a arrecadação é de 1 bilhão e pouco; do FND, a arrecadação é de 187 milhões; de transferências de capital, 210 milhões. Isso tudo para entendermos que não é que a cidade de São Paulo não tenha dinheiro, é que precisa ser mais bem distribuído; e essa distribuição é garantia da política pública, porque senão não haveria sentido algum a existência da Câmara de Vereadores nem da sociedade civil, seria um reinado de novo.

Está-se perdendo o sentido da política. É difícil discutir o vazio. O Secretário não entende porque o negócio dele é ONG, é colocar a maldita ideia de uma ONG defender esse maldito trabalho. Não tendo nada contra isso, mas não é só o trabalho. Essa maldita ONG é de Minas Gerais, o cara é Secretário e política pública do SUAS não é discutida.

Nesses quatro primeiro meses, o caixa da Cidade é de 7,335 bilhões; de recursos

não vinculados, mais 3 bilhões. Então, há um orçamento. O que estamos discutindo é esse orçamento e não dados que não vão entrar; o que não vai entrar, não nos interessa. Há uma projeção orçamentária de 48 bilhões de reais é um bom dinheiro, e a cidade de São Paulo tem que entender que quem coloca esse dinheiro são os cidadãos. Não adianta falar para o subprefeito de uma subprefeitura pedir dinheiro para os comerciantes, para as empresas ajudarem na localidade. As empresas já não pagam impostos? O que precisamos não é que as empresas doem, mas que elas paguem os impostos, que são transferidos para a Cidade. É essa a ideia central de estarmos aqui, do Orçamento da Cidade, e isso está fugindo do discurso; estamos partindo do zero.

A legenda do Doria usou a situação de rua. Infelizmente, ele está mendigando, e nós somos obrigados a assistir a essa mendicância. A Cidade tem política pública, e vocês são os profissionais responsáveis, está na história de vocês. E é isto que estamos pedindo: que essa história se mantenha em prol das políticas públicas. Ou o Doria não entende isso ou ele está brincando. Ele jogou cimento em ser humano na Cracolândia, e vocês não podem deixar isso passar batido. Esse problema já está no Ministério Público, que está dialogando, e o que ele fez, de jogar cimento e passar trator com gente morando, desculpe, Câmara de Vereadores, mas vocês não podem deixar isso acontecer.

Secretário Megale, reforço o pedido para que vocês tenham sensibilidade. Eu sei do conflito que vocês têm de dialogar, mas tem que ter sensibilidade com as políticas públicas, que garantem a cidade de São Paulo. Ou senão acabamos com a Cidade e começamos tudo de novo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. Quero registrar que há uma Comissão neste momento na antiga Cracolândia... Antiga mesmo? Acabou?

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Alguns Vereadores desta Casa estão lá,

também alguns Deputados. Pelo Partido dos Trabalhadores está o Vereador Eduardo Suplicy, o Vereador Donato, a Vereadora Juliana Cardoso, o Paulo Fiorilo, nosso Presidente, e o Vereador Alfredinho.

Registro a presença do querido Vereador Atílio Francisco.

Tem a palavra o Sr. Antonio Marcelo de Souza Lima, representante titular do CPOP.

**O SR. ANTONIO MARCELO DE SOUZA LIMA** – Bom dia a todos e a todas. Para mim, é motivo de satisfação e alegria poder fazer parte desta reunião, desta audiência pública sobre o Orçamento da cidade de São Paulo. Lembro que o Prefeito Doria deu autonomia aos prefeitos regionais para que eles pudessem atuar com mais autoridade. Então, vimos nesta manhã pedir que os nobres Vereadores – Jair Tatto, presidente da Mesa; Vereador Ricardo Nunes, que muito tem feito por Santo Amaro, zona Sul – colocassem no Orçamento os projetos reivindicados pelas prefeituras regionais. No dia 8, passado, foram feitas as audiências públicas nas prefeituras regionais, ocasião em que foi apresentado o Plano de Metas do governo Doria. Nesse Plano de Metas, foram apresentados pelo Secretário de Governo, Julio Semeghini, 60% do projeto que vão ser elencados agora, para o exercício de 2018 a 2010. Isso significa quase a metade do Plano de Metas que vai ser executado.

Vemos que o orçamento pedido agora, nesta Mesa, tem um aumento de mais 2%. Foi elencado para o ano de 2017, 54,6 bilhões. A Prefeitura diz que não tem dinheiro, e as prefeituras regionais também dizem que não tem dinheiro. Foi aprovado para a Prefeitura Regional de Santo Amaro 41 milhões, dos quais 18 milhões estão congelados.

Temos uma preocupação com relação à mobilidade na zona Sul, com relação ao eixo próximo de Grajaú e Pedreira, local de enchentes e alagamentos; na região da Avenida Nossa Senhora do Sabará e próximo dali, sentido à Ponte João Goulart.

No ano passado, foi elencado por Siurb a execução do projeto para uma possível construção de uma bacia de macrodrenagem para o Córrego Olaria-Pedreira. Em audiências

públicas nesta Casa no ano passado, a Siurb falou que não tinha possibilidade de fazer esse projeto, muito menos a construção, porque não tinha verba. Eu gostaria de saber dos nobres Vereadores se o Prefeito João Doria colocou esse projeto para ser discutido nesse Orçamento; porque lá, quando dá enchente e alagamento, para tudo. A mobilidade na zona Sul é precária, tanto na região do Grajaú como na região da Pedreira para tudo. O Jilmar Tatto deve conhecer, porque foi feito lá a duplicação da Estrada do Alvarenga, e a complexidade de fluxo e de mobilidade lá é muito grande - na Avenida Nossa Senhora do Sabará, Rua Miguel Nunes, Rua Constantino Sérgio, Rua Zike Tuma, Rua Jacques Tupinambá. Temos ali próximo da Ponte João Goulart, tem lá um centro da AACD e um posto de polícia. Quando dá enchente lá alaga tudo.

E a gente gostaria de saber também da lei do Vereador Ricardo Nunes, o incentivo fiscal para a zona Sul, porque o projeto de 2015 que foi aprovado em dezembro o Prefeito Haddad vetou, parte desse projeto; regulamentou Parelheiros e Capela do Socorro e vetou M'Boi Mirim, Santo Amaro e Cidade Ademar. Gostaria que os nobres vereadores, dentro do projeto de lei da LDO que está sendo discutido aqui, de 2018 a 2010, se vai contemplar esse incentivo fiscal que não só quem mora em Parelheiros, que mora na Capela do Socorro, mas aqueles que moram em outras regiões também possam ser beneficiados de não ter que sair de suas casas de madrugada, chegar tarde da noite do serviço e não ter condições de passar um tempo com sua família, de tirar um dia de lazer, ou aqueles pais de família que precisam estudar à noite, saem do serviço para poder estudar à noite; saindo de onde eles moram, lá do fundão dos cafundós do Judas lá da região de Parelheiros, M'Boi Mirim, Pedreira, Grajaú, Eliana, Cocaia, que eles possam também estudar.

Eu gostaria que colocasse aí no Orçamento, se possível, a conclusão desse incentivo fiscal que, aí sim, pode estampar na página da Câmara Municipal: “Chegou na zona Sul o incentivo fiscal para Santo Amaro”.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Retomando a audiência pública, o próximo inscrito é Rafael Carvalho.

Presidente, o senhor quer se pronunciar?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Maravilha.

**O SR. RAFAEL CARVALHO** – Bom dia. Estou aqui representando o Vereador Prof. Claudio Fonseca. Participei das quatro audiências.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Desculpe, Rafael. Esqueci de citar que ele é assessor de gabinete do Prof. Vereador Claudio Fonseca.

**O SR. RAFAEL CARVALHO** – Eu quero só retomar dois pontos, bem rápido, que já foram falados na primeira audiência.

O primeiro é a respeito das vagas em CEIs. A LDO, no anexo, fala da construção de dez CEIs e de 30 mil vagas. O Secretário Adjunto de Educação, na última audiência, pôde falar um pouco sobre isso, da preferência, da opção por convênios para a expansão das vagas. Eu só queria lembrar em relação a um relatório que uma auditoria do Tribunal de Contas do Município fez, levantando algumas questões da qualidade da oferta do convênio, comparando com a rede direta. Então são diversos pontos em relação à jornada dos profissionais, em relação à remuneração, em relação às condições prediais, várias coisas que estavam não totalmente adequadas.

A gente reconhece o esforço do Secretário de Educação Alexandre, que fez uma nova portaria reeditando algumas questões de qualidade para a melhoria desses convênios, dessas vagas. Porém é muita clara a diferença de qualidade da rede direta.

Então, esse esforço de ter um melhor atendimento, maior atendimento por CEIs diretas. O segundo ponto é em relação às crianças de 4 e 5 anos que o próprio Secretário adjunto mostrou uma grande fila que veio da gestão anterior do atendimento. Essas crianças estavam sendo atendidas em grupos que não estavam de acordo com a idade ou mesmo

através de convênios na pré-escola. O que é muito complicado porque a pré-escola já é obrigatória e quando você traz isso através do atendimento por convênios, você não consegue utilizar a verba federal Fundeb para poder fazer o pagamento dessas crianças. Pode parecer uma escolha mais barata, mais econômica, mas a médio e longo prazo não é uma escolha que parece ser tão lógica, porque você abre mão de verba federal para poder fazer o repasse desses convênios para ter o atendimento da pré-escola.

Por isso a nossa preocupação sobre a ausência de construção de EMElis na LDO. A gente acha isso muito necessário, até para poder tampar esse buraco de vagas e filas que foi, de certa forma, atendido, mas que há uma demanda crescente e uma fila existente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito obrigado, Rafael. Luiz Henrique Meira, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Solidário e Sustentável. Em seguida, o Antonio Carlos, Secretário geral do Sindsep.

**O SR. LUIZ HENRIQUE MEIRA-** Bom dia a todos os presentes, quero cumprimentar a Mesa em nome do Presidente da Comissão, Vereador Jair Tatto. Sou servidor desta municipalidade, venho hoje como Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Solidário e Sustentável, gostaria de falar sobre a pauta da agricultura urbana e periurbana.

Para quem não conhece, é uma pauta correlata, as hortas urbanas comunitárias e a agricultura periurbana é basicamente a zona rural do Município. Muitos dos nobres Vereadores conhecem profundamente essa pauta, então, sei que muitos são sensíveis. A agricultura urbana vem ganhando dimensão mundialmente. A FAO estima hoje que 10 a 15% da alimentação já provém da agricultura urbana e periurbana. E os munícipes estão cada vez mais interessados tanto na questão da produção saudável e uma alimentação mais consciente. Então, dentro disso, o Conselho pediu que viéssemos hoje representá-lo no sentido de sensibilizar os Srs. Vereadores para absorver essa pauta tão carente ainda de estruturação e

recursos.

Temos programas exitosos dentro da própria municipalidade, com hortas urbanas, inclusive com população em situação de rua e os conselhos, o Conselho de Desenvolvimento Rural quanto o Conselho de Segurança Alimentar são dezenas de entidades com profundo conhecimento sobre a temática. Então, essa aproximação é fundamental para que tenhamos uma política estruturada. Temos uma lei de agricultura urbana, Proaurp, que é desde 2004, onde já temos as bases dessa política para o município de forma a harmonizar o crescimento, a urbanização a essa temática ambiental. Agora, a gente precisa tecnificar, ser mais objetivo em estruturar programas elaborados.

Para finalizar, a agricultura urbana tem um papel de multifuncionalidade, não só a produção de alimentos, mas trata de coesão social, as comunidades trabalhando no seu próprio território, nos seus próprios bairros, melhorando os aspectos ambientais da Cidade. Tem o aspecto de prevenção da utilização dessas áreas como depósito de entulho e lixo, e também reversão, muitas das hortas estão em áreas degradadas. Estão em áreas de aterros de inerte e se dão hortas urbanas em cima dessas áreas.

Então trata da questão alimentar, como já falei. Trata também da comercialização, beneficiamento de produtos. Temos um link com a alimentação escolar, então a lei já está criada, os agricultores de São Paulo terão prioridade para a venda da alimentação escolar.

Para resumir é isso, a gente tem mecanismo de compra pública que pode estimular essa agricultura urbana. E podemos facilmente multiplicar em 10 vezes o número de hortas da Cidade.

O Presidente da Comissão já recebeu a carta do Conselho. Peço licença também para entregar ao Relator, Vereador Ricardo Nunes, a mesma carta. E convidar todos a participarem da reunião do Conselho, conversar com os conselheiros, porque eles estão abertos a esse intercâmbio. É fundamental que esta Casa absorva essa temática.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Luiz Henrique. Tem a palavra o Sr. Antônio Carlos Lima, Secretário-Geral do Sindsep. Depois, a Sra. Ana Uchôa.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS LIMA** – Presidente da Comissão, na pessoa de quem cumprimento todos os parlamentares; Megale, na pessoa de quem cumprimento o Executivo presente nesta Comissão e cumprimentar todos os munícipes aqui presentes, sou signatário da fada do Leandro, Presidente do Sindsep, representamos os trabalhadores da Prefeitura da cidade de São Paulo e autarquias.

Somos um Sindicato geral e temos muita preocupação com relação ao orçamento. Temos na LDO um orçamento de valorização do servidor. Por isso estamos comunicando aos parlamentares como vamos tratar esse orçamento, porque nos preocupa muito quando há a desvinculação da DRU, como fica o orçamento nas prioridades da gestão.

E quando no início da gestão começamos a ver o fechamento de equipamentos, proposta de retirada de farmácia, proposta de centralização dos centros de testagem para os DST/AIDS, e precisamos ter isso muito bem claro, porque a importância da redução das doenças transmissíveis se deu muito aos centros de testagem.

E muitos outros serviços que nós, enquanto representantes do trabalhador, temos preocupação. Hoje entendemos que muitas unidades da estratégia Saúde da Família, que tem uma ou duas equipes, estão tirando o diretor e juntando um diretor para dirigir duas unidades. Isso está acontecendo nas regiões de Parelheiros, Capela e outras regiões da Cidade.

Preocupa-nos também a questão do modelo. E a opção de modelo desta gestão é o modelo privatista. Temos como experiência da primeira ação da atual gestão – a ação do Corujão -, em que se gastaram 800 mil reais em propaganda para por o projeto na rua e todo o trabalho que foi feito em relação à fila de exames, 80% foi feito pela rede Direta, 20% pelo projeto Corujão. E quando se comparam os valores da execução, os da Direta foram valores bem menores. Então não entendemos por que a opção de fazer e continuar com a terceirização.



É muito importante esse debate porque estamos entendendo que a qualidade do serviço e a continuidade quando se trata das terceirizadas é precária. A contrapartida de valores é superior e a qualidade e continuidade do atendimento se tornam inferiores.

Precisamos entender essa questão porque também dispara na questão do projeto do SampaPrev. Ou se trata, um pouco, da questão de aposentadoria, investimento, se fala em déficit. E como é que pegamos todo servidor público e transforma-o em terceirizado? Como é que vamos cuidar do futuro? Quem vai fazer esse financiamento?

Então, a máquina precisa ter qual será o ordenamento e o modelo, que está se pedindo, para tratar o serviço público. Porque, o que temos é o serviço público para atender o público. O financiador do serviço, que é o munícipe, é o que menos tem atendimento. E o retorno para esse munícipe é insuficiente. E por que colocamos como representante do trabalhado? Porque todos nós, trabalhadores, também somos financiadores desse sistema. trabalhador do sistema o resultado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Antonio Carlos.

Tem a palavra a Sra. Ana Uchoa.

**A SRA. ANA UCHOA** – Bom dia.

Estou satisfeita em saber que o resultado das audiências públicas se juntará, lá na frente, tanto via Plano de Metas, quanto depois na LOA.

O que eu tenho a dizer não é tanto em relação às diretrizes orçamentárias. O Conselho Participativo do Butantã já entregou consolidado, tanto no Plano de Metas, quanto nessas audiências. Agora, o Conselho de Saúde da Supervisão Técnica do Butantã estava ainda se consolidando, por ocasião do Plano de Metas. Mas, neste momento, acho muito importante essa questão de uma rubrica para as políticas de álcool e droga nos territórios. Enfim, pessoas não são lixo. Enfim, eu sou alguém da área da Saúde e sou Psicanalista e ficamos bem chocados com o que acontece, porque, se essas pessoas tinham um problema, agora terão dois, três, devido ao traumatismo. Teremos de ter políticas públicas, também, para

tirar essas pessoas de mais essa situação de abandono e de exclusão.

Em relação ao Butantã, então, falo que não temos, ainda, um CAPS AD, que é o CAPS Vila Sônia, que já estava encaminhado.

Apesar de não fazer parte projetos, como só agora o Conselho da Supervisão se organizou para votar projetos, então estou enfatizando esse CAPS circunstancialmente neste momento, mas teríamos, também, Vila Sônia II em andamento, Jardim Jaqueline, Malta Cardoso, mais uma UBS para a região de São Jorge e Paulo VI, a UPA São Jorge e uma URSI, que já tinha até um terreno para ela. Também se fala em mais leitos para o Butantã, inclusive com a possibilidade de um hospital.

É isso o que eu queria dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Ana.

Secretário, suas considerações finais.

**O SR. RICARDO NUNES** – Presidente, se me permite falar antes do Secretário.

Acho que agora vem a parte mais importante, em que o Secretário vai responder todas as questões. Tem um item que, talvez, pudéssemos construir juntos. Aqui, no anexo 1, a questão da São Paulo integra e transparente, aumentar em 100% o índice de integralidade da Prefeitura de São Paulo. Tem a questão de São Paulo sem tem dívida ativa: ampliar em 10% a arrecadação da dívida ativa do Município em relação aos últimos quatro anos, que é implantar o sistema de dívida ativa migrado e desativar o SDA na alta plataforma, protestar 70 mil certidões de dívida ativa. Enfim, o assunto é sobre dívida ativa.

Estamos na Câmara Municipal de São Paulo com a CPI da Dívida Ativa que tem mais de 100 bilhões. Temos detectado algumas questões, inclusive de erro do auditor fiscal de ter inserido dívidas que não são reais, como exemplo, escutamos uma empresa chamada Diquesse Toga que comprovou que pagou 100% do ICMS e mesmo assim estão cobrando ISS. Não teria a mínima lógica cobrar ISS de quem pagou ICMS.

Enfim, o que me preocupa, Sr. Secretário, é a questão da Lei Federal 8429/92,

artigo 10, que constitui ato de improbidade administrativa que cause lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, etc. Por que digo isso? É com relação às prescrições. A cada dia que passa a CPI, nossos estudos – e não tem nada a ver com os procuradores, a nossa função de apurar o que está acontecendo com relação à dívida porque tudo é demanda de recursos e temos de trabalhar para trazer os recursos para a Cidade. As prescrições são algo crônico na Cidade, já levantamos milhões de situações de prescrições, prescrição intercorrente, ou seja, durante o processo e prescrições de ações que não foram ajuizadas no prazo de cinco anos.

Então, se a procuradoria, a Prefeitura não ajuizou, prescreve. V.Exa. terá uma grande surpresa no relatório final desta CPI, que dará uma grande contribuição para a Cidade.

Entendemos que o investimento em tecnologia. É de fundamental importância que a gente construa junto na LDO uma meta para tratar a questão da tecnologia com relação à questão da dívida ativa, ou seja, questão de prescrição, prescrições intercorrentes e o acompanhamento desses dados.

Essa é uma consideração importante que a CPI não concluiu, mas V.Exa. já deve ter percebido nos cinco meses, em frente à Secretaria, o quanto tem sido difícil a falta de sistema de inteligência, a falta de sistema de informática que consiga breocar e não deixar essas coisas acontecerem.

Como relator, mais do que um pedido, mas um apelo. Temos de dar foco a essa situação porque é muito cômodo o procurador vir aqui e dizer que pede sistema de informatização para a Prefeitura e a Prefeitura não dá. Ponto. Pelo que eu vi, custa quatro milhões das melhores empresas de mercado de sistema de inteligência para poder acompanhar a dívida e deixa perder bilhões.

Essa é uma questão fundamental para podermos deixar a Prefeitura preparada na LDO para dizer que tem de ter investimento na área de tecnologia com foco na dívida ativa.

Era essa a participação.

- Falas sobrepostas.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Pelo Vereador Ricardo Nunes sobre a dívida ativa do Município. A gente sabe da importância e inclusive três componentes dessa Comissão de Finanças são componentes também da CPI da dívida ativa - Vereador Ricardo Nunes e Vereador Isac Félix. Considerando a importância do assunto, a LDO aprovada em 2016 com as diretrizes e metas para 2017, ela previa no artigo 8º que deveria integrar a proposta orçamentária entre outros anexos o demonstrativo a respeito da dívida ativa, que é o item 6, contendo a memória de cálculo da receita prevista 2017 com os valores por tributo e por outros tipos de dívida e também a situação da dívida ativa.

Tal item, como também as alíneas e o parágrafo único, não foram contemplados na LDO 2018. Eu queria saber do Secretário por que dessa não inclusão, do item 6, também as alíneas do projeto em questão, na LDO 2018 e, se possível, a inclusão.

**O SR. RICARDO NUNES** – Presidente, pela ordem.

O assunto que o Vereador Rodrigo Goulart acabou de falar, poderia repetir, eu não consegui marcar. Qual é o artigo, por favor?

**O SR. RODRIGO GOULART** – É o artigo 8º, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – E a inclusão?

**O SR. RODRIGO GOULART** – A inclusão do item 6 e as alíneas também no projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ok, Vereador Ricardo Nunes?

**O SR. RICARDO NUNES** – Não, desculpe.

Na LDO de 2017, no artigo 8º; pois não, continue.

**O SR. RODRIGO GOULART** – No artigo 8º deveria integrar a proposta orçamentária, entre outros anexos, demonstrativo a respeito da dívida ativa, que era o item 6, contendo – achou aí, Vereador? – nele deveria conter a memória de cálculo da receita prevista para 2017, com os valores por tributo e por outros tipo de dívidas e também a situação da

dívida ativa.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Feito o registro?

**O SR. RICARDO NUNES** – Nós havíamos colocado e o Governo passado vetou.

Bem observado, Vereador Rodrigo. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereadora Soninha Francine.

Primeiro, corroborar o que o Vereador Ricardo Nunes disse a respeito da gestão de sistemas. Nas reuniões entre secretários e funcionários, trabalhadores das secretarias, essa parecia como a grande meta dos sonhos, de integrar os sistemas internos das secretarias e os sistemas entre as secretarias para que, inclusive, cada cidadão saiba quem ele é.

Hoje, o cidadão é um para a Saúde, outro para Assistência Social, outro na Educação, não existe a menor integração entre as informações. É ruim para o cidadão e é ruim naturalmente também para a gestão.

— Não sei se foi feita essa estimativa, Secretário, outro ponto, a respeito de uma previsão de resultado para o PPI - se o PPI efetivamente se realizar. Ontem não foi votado na reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, por falta de quórum, compareceram apenas três membros da Comissão. Está em pauta hoje, de novo, ao sei se hoje é reunião da CCJ, se não me engano, mas se a Prefeitura, mesmo diante desse impasse na Câmara se chegou a fazer um estudo, uma previsão do resultado do PPI.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem.

**O SR. RICARDO NUNES** – Bem observado, Vereadora Soninha, é uma oportunidade. Porque todos os Vereadores ficam assistindo a gente aqui nos gabinetes. Se o senhor puder falar sobre a questão do PPI, porque é difícil passar PPI aqui, Secretário, por incrível que pareça.

Não passou ontem, a CCJ e, possivelmente, hoje, não passará. É importante falar sobre a necessidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem, aproveite a oportunidade. Um bi

para o Município, para cortar mato, tapar buraco, fazer cultura na periferia, na quebrada.  
Secretário.

**O SR. CAIO MEGALE** - Obrigado pelos comentários. Vou começar por alguns pontos que foram tocados ao longo das exposições.

Com relação ao Fundo da Desestatização, de fato, da última vez que estivemos aqui ele não tinha sido nem discutido, votado, agora estamos em outra fase. Acho importante, de fato, passar a contemplar, com o tempo agora, nas diretrizes orçamentárias. A gente pode constituir um grupo de trabalho para, junto com as equipes técnicas colocar essa perspectiva, que é uma maneira de nós financiarmos os investimentos relevantes nas áreas sociais mais importantes da Cidade.

Sobre os servidores admitidos também, temos um grupo de trabalho aqui feito, eu sei que tem conversas com a gestão sobre isso, e isso é um tema importante, é um tema recorrente, que também demanda certa disponibilidade orçamentária, mas faz sentido que seja algo que se pode planejar ao longo do tempo, acho que faz sentido.

Tocou no tema de custeio, sobre investimentos que vieram com um custeio... Eu falei aqui na minha exposição inicial que a sustentabilidade financeiras das políticas públicas é fundamental para que elas sobrevivam ao longo do tempo e não levem a uma derrocada lá na frente, bater no muro, como a gente conhece tão bem aqui no Brasil. E de fato tem que olhar para o investimento, mas tem que olhar para o custeio que vem depois, porque é o que vai dar a sustentabilidade para essas políticas. Eu concordo plenamente.

O PIB da cidade é em torno de 19-20% do PIB do Brasil, é bastante coisa – o PIB do Estado é mais ou menos 1/3, o PIB da Cidade é mais ou menos 20%, 19%, 18%, varia. As estatísticas são um pouco antigas, mas a gente sabe da importância não somente da Cidade para o PIB, mas da diversificação, porque tem setores, partes do Brasil, que são muito importantes no PIB, mas que são muito concentrados, especialmente no agronegócio, e a cidade de São Paulo é muito diversificada, o que torna a Cidade uma parte muito importante do

PIB. Então como o PIB está em queda há quatro anos, isso tem um impacto direto na capacidade, na gestão orçamentária do Município.

Falamos de alimentação e sustentabilidade das políticas de alimentação, das hortas urbanas. Já debati isso algumas vezes dentro da Prefeitura. Acho que é uma saída interessante, boa. Também tem a ver com sustentabilidade não somente financeira, agora, mas sustentabilidade política de forma geral. É uma saída muito interessante, muito importante, e podemos, sim, analisar como incluir isso no orçamento e no orçamento federal – acho que você que mencionou, né, que tem no orçamento federal.

A dívida ativa, de fato, é um tema super relevante, que vimos debatendo com a CPI, debatendo muito de perto com a Procuradoria, que manifestou a necessidade de melhorias no sistema, algo que já estava sendo estudado para trás. Continuamos estudando para a frente, e talvez já consigamos encaixar no orçamento do próximo exercício uma perspectiva para isso, que é importante, e não somente o desenvolvimento do sistema da Procuradoria, mas também contribuição de consultorias e análises de formas de cobrar melhor. Tem empresas que *big data* que têm nos procurado, empresas de cobranças, empresas que têm algoritmos matemáticos que nos ajudam a achar mais facilmente. Todas essas técnicas são importantes, e deveríamos analisar, para ajudar a cobrar essa dívida ativa, que é grande, com uma estimativa em torno de 100 bilhões, sendo uma boa parte dívida antiga, judicializada, mas uma boa parte também é possível de ser recuperado, e todos os esforços nesse sentido são importantes.

Encaminhamos para a Câmara o PPI, que não é um instrumento pelo qual eu tenha muita simpatia de se usar com frequência, porque o PPI, ou Refis, ou como queira chamar, repetido muitas vezes, afeta o comportamento do contribuinte, que acaba preferindo não pagar a dívida, se financiar no Município e entrar no financiamento lá na frente. Mas, num momento como esse, de quatro anos de recessão econômica, em que muita gente não pagou não porque não quis pagar, mas porque não conseguiu, com desemprego muito alto, muitas

empresas tiveram problemas. E agora, a perspectiva de estabilidade e de retomada abre espaço para que elas resolvam suas questões financeiras, resolvam suas questões tributárias, e possam voltar a tomar empréstimo, possam voltar a crescer, e, do nosso lado, nos ajude a compor o orçamento.

Quero lembrar algo muito importante: que o PPI está no orçamento da Câmara aprovado no ano passado – mais de um bilhão de reais previstos; quer dizer, é uma lei que tem que ser aprovada, tal, mas, por via das dúvidas, já se colocou no orçamento, mais de um bi previsto. Ou seja, se a decisão for não fazer o PPI, o buraco no orçamento aprovado pela Câmara é ainda maior para o ano que vem – porque está lá previsto, entre as fontes de receitas para esse ano, um PPI de um bilhão de reais. É daí que surge esse número que tem aparecido.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** - Algum Vereador quer se posicionar com alguma coisa?

Secretário, só aproveitando para mais uma questão, enquanto o Vereador Jair deve estar retornando.

Como o pessoal da Cultura participa muito, talvez o senhor pudesse falar do orçamento do ano passado que ficou para esse ano, que a área da cultura ficou toda concentrada em projetos, não em programas. E, por isso, quando se congela, evidentemente, você acaba congelando... que não era uma coisa natural da Peça Orçamentária estar colocando esse tipo de situação no orçamento da cultura. É que acontece muita coisa, e, às vezes, as pessoas não têm essa informação de que por que acontece. O pessoal é muito ativo, e talvez o senhor pudesse esclarecer esse ponto.

Eu fiquei feliz com o fato de o senhor falar sobre a questão de criarmos aquele fundo (Ininteligível), falar dos admitidos, tentar construir essa questão toda. Mas a questão desse fundo municipal, se a gente pode construir, por exemplo, 1% do dinheiro do fundo de



desestatização a gente tem que pôr em cultura. Assim, a gente faz um gesto para uma categoria que é muito ativa na Câmara e na sociedade. É uma coisa para a gente poder pensar, mas seria a minha ideia inicial – a Vereadora Soninha que vai cuidar da relatoria da parte de Cultura. É uma coisa incipiente, para a gente poder, talvez, pensar e colocar para a frente. Mas se o senhor pudesse dar uma explicação, como secretário, da questão do orçamento, que ficou tudo lá colocado em projetos, não em programas; acabou que, quando se corta, corta projetos, não corta programa.

**O SR. SECRETÁRIO** – É, o congelamento foi de 25% das atividades e 100% dos projetos, porque os projetos se vai analisando com o passar do tempo e à luz da disponibilidade orçamentária. De fato, a Cultura tinha uma concentração de projetos. Então, na média, teve um congelamento maior do que a média das secretarias; mas muitas outras secretarias que são muito concentradas em projetos tiveram um congelamento maior, na média do seu orçamento. A regra é a mesma para todos, mas, na média, esse orçamento foi maior (?). Assim como secretarias que têm uma concentração muito grande de recursos humanos, onde não mexemos em orçamento de pessoal e financeiro. Então não há congelamento ali. Então se a sua secretaria tem uma concentração muito grande de recursos humanos, ou seja, de servidores, ali não tem congelamento, ou o congelamento fica menor do que a média. Então essas são as diferenças. Mas como a Cultura teve muitos projetos congelados no início do ano, ela também uma das pastas mais frequentes nas reuniões da Junta Orçamentária que analisa os congelamentos, e uma parte desse congelamento inicial da Cultura foi descongelado e as atividades estão acontecendo, de forma que hoje, numa fotografia, o congelamento da Cultura está bem na média do congelamento das outras pastas, que ainda é necessário, porque as perspectivas orçamentárias são bastante orçamentárias para daqui para o final do ano.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Encerrado?

**O SR. JAIR TATTO** – Sr. Presidente, da minha parte, está encerrado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Vereador Atílio Francisco.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Sr. Presidente, queria só aproveitar a presença do nobre Secretário Caio Megale, porque eu, como Relator da Peça Orçamentária do ano passado para esse ano, fiz um trabalho intenso, um trabalho forte para procurar apresentar uma Peça Orçamentária de acordo com a situação da cidade.

Em várias situações comentamos e falamos que o benefício mais rápido que chega às periferias, às instituições, são as emendas direcionadas pelos Srs. Parlamentares. Então, eu gostaria de saber quando haverá condições de ter essas emendas dos Srs. Vereadores disponibilizadas, porque é o benefício que chega mais rápido nas instituições, nas associações, nos setores de saúde, nos setores de cultura, esporte, onde a maioria dos Srs. Vereadores direcionou suas emendas.

Então, queria aproveitar a vossa presença para que o senhor pudesse dar um parecer. A gente sabe das dificuldades, dos problemas que a Cidade está enfrentando, que a arrecadação não tem sido a contento, mas é importante para que a população saiba o empenho da Secretaria de Finanças para poder ter disponibilidade, para atender os Srs. Vereadores e diretamente o povo da cidade de São Paulo.

São valores pequenos muitas vezes, mas na recuperação de uma praça, na reforma de uma escola, num investimento de um trabalho da cultura, isso faz muita diferença e isso é de fundamental importância. Muitas vezes se comenta e se fala de emendas de vereadores de várias formas, mas estou falando aqui no sentido muito singular, de que o objetivo principal dos Srs. Vereadores, na aplicação de suas emendas, é o melhor para a cidade e principalmente para as áreas mais carentes.

Obrigado.

**O SR. CAIO MEGALE** – Obrigado, Vereador Atílio, pelo comentário. Faço um

trabalho intenso na virada do ano e continuo o trabalho. Acho que o senhor tem razão, as emendas são importantes, elas chegam à população com outras séries de gastos e políticas de diversas secretarias, que também chegam. A gente fica na Secretaria da Fazenda e o nosso objetivo na Secretaria da Fazenda é garantir que as políticas públicas sejam atendidas, sujeito ao fato de que o Orçamento fique equilibrado ao longo do tempo para que de novo essas políticas sejam sustentáveis.

A Secretaria de Governo e a Secretaria de Relações Governamentais estão fazendo justamente esse meio de campo. Na verdade, a Secretaria da Fazenda não é uma secretaria fim, é uma secretaria que fica ali meio que tentando coordenar a Peça Orçamentária e as prioridades apresentadas pelas diversas secretarias. Então, esse é um trabalho que nós temos de fazer com todas essas mãos. Mas, do nosso ponto de vista, enfim, o nosso objetivo é de novo garantir que as políticas sejam atendidas e continuadas, sujeito ao fato de o Orçamento ficar equilibrado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay? Eu vou, então, dispensá-los e agradecer ao Sr. Ahmed. Janaína já esteve conosco, Lucilene Yoshiro Correia. Estaremos juntos dia 31, às dez horas, na audiência pública Nada mais a tratar, encerrada a audiência pública.

Da Lei de Responsabilidade Fiscal. Obrigado mais uma vez, Secretário Caio Megale, nada mais a tratar, está encerrada a audiência pública.